



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO – PNLD 2010

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS DIDÁTICAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO - PNLD 2010.

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Básica – SEB e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, faz saber aos titulares de direito autoral que se encontram abertas as inscrições para o processo de avaliação e seleção de obras didáticas adequadas aos alunos **dos anos iniciais do ensino fundamental** a serem incluídas no GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS do Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2010.

1. DO OBJETO

Este Edital tem por objeto a convocação de titulares de direito autoral para inscrição no processo de avaliação e seleção de **obras didáticas adequadas aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental**, conforme tabela a seguir, observadas as condições e as especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Coleções para os dois primeiros anos do Ensino Fundamental

Ano de escolaridade	Tipo de obra	Componente curricular
1º ano	Coleções definidas por componente curricular, cada uma com um livro consumível para o ano em questão.	1) Letramento e alfabetização lingüística 2) Alfabetização matemática
2º ano	Coleções definidas por componente curricular, cada uma com um livro consumível para o ano em questão.	1) Letramento e alfabetização lingüística 2) Alfabetização matemática
	Um livro não-consumível de introdução a conteúdos básicos e elementares de cada componente curricular.	História, Ciências, e Geografia



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Coleções para os últimos anos do primeiro segmento do Ensino Fundamental

Ano de escolaridade	Tipos de obra	Componente curricular
3º ano	Coleções definidas por componente curricular, cada uma com um livro não-consumível para o ano em questão.	Ciências, Língua Portuguesa, História, Matemática e Geografia
4º ano	Coleções definidas por componente curricular, cada uma com um livro não-consumível para o ano em questão.	Ciências, Língua Portuguesa, História, Matemática, Geografia
5º ano	Coleções definidas por componente curricular, cada uma com um livro não-consumível para o ano em questão.	Ciências, Língua Portuguesa, História, Matemática e Geografia

Livros regionais para os últimos anos do primeiro segmento do EF

Ano de escolaridade	Tipos de obra	Componente curricular
4º ano	Um livro não-consumível por componente curricular.	História Geografia

- 1.1. Os livros didáticos de Alfabetização e de Matemática dos 1º e 2º anos deverão compor coleções, por componente curricular, cujas características básicas atendam aos princípios de organização curricular e de progressão lógica dos conteúdos.
- 1.2. Os livros didáticos dos 2º, 3º, 4º e 5º anos (História, Ciências, Geografia) e os dos 3º, 4º e 5º (Língua Portuguesa e Matemática) deverão compor coleções, por componente curricular, cujas características atendam ao disposto no item 1.1.
- 1.3. Os livros regionais de História e Geografia constituirão volumes independentes.

2. DOS PRAZOS

As etapas de cadastramento de titulares de direito autoral, pré-inscrição e inscrição das obras serão realizadas nos seguintes períodos:

2.1. Cadastramento dos Titulares de Direito Autoral

- Do dia 15/01/2008 até às 18h do dia 14/05/2008

2.2. Pré-Inscrição da(s) Obra(s)

- Do dia 15/01/2008 até às 18h do dia 14/05/2008



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

2.3. Inscrição/Entrega das Obras

- Do dia 26/05/2008 até às 18h do dia 04/06/2008

2.3.1. Entrega da Documentação e das Obras

2.3.1.1. A entrega da documentação e das obras, para os titulares de direito autoral que inscreverem até 03 coleções para cada um dos componentes curriculares, será em uma única etapa, de 26 e 27/05/2008, no horário das 8h às 17h.

2.3.1.2. A entrega da documentação e das obras, dos que inscreverem mais de 03 coleções será em até três etapas, conforme abaixo:

1ª Etapa: entrega de, no mínimo, 20% das coleções, no período de 28/05 e 29/05/2008, no horário das 8h às 17h;

2ª Etapa: entrega de mais 30%, perfazendo, no mínimo, 50% das coleções, no período de 30/05 a 02/06/2008, no horário das 8h às 17h;

3ª Etapa: entrega do restante, perfazendo 100% das coleções, no período de 03 e 04/06/2008, no horário das 8h às 17h.

3. DA CARACTERIZAÇÃO DAS OBRAS

3.1. Serão aceitas para participar do processo de avaliação e seleção as obras didáticas inéditas ou reapresentadas - no caso dos 2º, 3º, 4º e 5º anos - elaboradas para serem utilizadas no processo de ensino-aprendizagem escolar, tendo em vista um uso tanto coletivo (em sala de aula, sob a orientação do professor), quanto individual (fora de sala de aula). Esses materiais devem constituir-se como uma proposta didático-pedagógica, organizando-se em relação a um programa curricular e observando critérios claros de progressão, em termos de ano ou ciclos.

3.1.1. As obras didáticas deverão estar acompanhadas, obrigatoriamente, dos respectivos manuais do professor, que não podem ser uma cópia do livro do aluno com os exercícios resolvidos. É necessário que ofereçam orientação teórico-metodológica e de articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas do conhecimento; ofereçam, também, discussão sobre a proposta de avaliação da aprendizagem, leituras e informações adicionais ao livro do aluno, bibliografia, bem como sugestões de leituras que contribuam para a formação e atualização do professor.

3.1.2. Somente será(ão) aceita(s) coleção(ões) completa(s), inscrita(s) sob um mesmo título.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

3.1.2.1. Entende-se por coleção, o conjunto de volumes organizados em torno de uma proposta pedagógica única e de uma progressão didática articulada aos anos ou ciclos desse segmento.

3.1.2.2. Considera-se obra inédita aquela cujos volumes foram produzidos sem tomar por base livros/coleções já avaliados nos PNLD anteriores, mesmo que apenas parcialmente, ou sob outro título ou autoria diversa.

3.1.2.3. Considera-se obra reapresentada aquela já avaliada nos PNLD anteriores, reinscrita com ou sem reformulações.

3.2. Não serão aceitos livros consumíveis, tais como definidos no **Anexo I** deste Edital, exceto no caso das coleções de livros didáticos para os 1^a e 2^o anos, conforme especificado no item 1.

3.3. Não será aceita versão ou variante parcial de coleção inscrita, ou seja, aquela que, apresentando – total ou parcialmente – os mesmos detentores de direito autoral, apresentar também o mesmo ou semelhante projeto didático, em termos de seleção de conteúdos, lógica de organização da coleção segundo metodologia de ensino e perspectivas teóricas adotadas com projetos gráfico-editorial diversos ou semelhantes.

3.4. Não será aceita a inscrição de cadernos de atividades.

3.5. Somente poderão ser inscritas obras cuja edição esteja finalizada.

3.6. Em caso de a obra conter anexos indispensáveis para a sua adequada utilização, esses materiais deverão, obrigatoriamente, fazer parte do corpo da obra, não podendo constituir volume em separado, nem ser consumíveis.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

4.1. Os titulares de direito autoral e/ou seus representantes, cujas obras inscritas forem selecionadas para compor o Guia de Livros Didáticos, deverão observar as condições de participação no Programa, regulamentada por Portaria Ministerial nº 07, de 05/04/2007, ou em outra que vier a substituí-la.

5. DOS PROCEDIMENTOS

5.1. Do Cadastramento de Titulares de Direito Autoral

Os titulares de direito autoral formalizarão seu cadastramento no PNLD 2010, por meio do endereço eletrônico www.fnnde.gov.br (no campo Pré-Inscrição relativo ao PNLD) informando o *login* pelo qual deseja ser identificado.

5.1.1. Concluído o fornecimento do *login*, os interessados receberão a confirmação do mesmo, para acesso às demais etapas do Programa via correio eletrônico, bem como as respectivas senhas de acesso.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

5.1.2. O acesso às demais etapas do Programa estará vinculado à confirmação do *login* e ao fornecimento da senha de acesso.

5.2. Da Pré-Inscrição das Obras

A pré-inscrição é o prévio cadastramento, pelos titulares de direito autoral, de obras didáticas e dos respectivos autores, que atendam às disposições deste Edital, no sistema informatizado do FNDE, exclusivamente por meio da *Internet*, no endereço eletrônico citado no **subitem 5.1.** deste Edital.

5.2.1. Os títulos das obras pré-inscritas deverão estar em conformidade com os títulos constantes nas Declarações de Edição, **Anexo II**, e de Originalidade, **Anexo III**, no Contrato de Edição e na capa da obra.

5.2.2. O cadastro dos autores das obras didáticas deverá conter dados como: nome, pseudônimo, se houver, e endereço completo.

5.2.2.1. No caso do autor falecido, além dos dados constantes no subitem **5.2.2**, deverá ser informado o cadastro dos herdeiros/successores.

5.2.3. Os titulares de direito autoral interessados em participar do PNLD 2010 deverão manter seus dados permanentemente atualizados no FNDE, por intermédio do endereço eletrônico citado no **subitem 5.1.** deste Edital.

5.2.4. Poderão, também, participar do processo de inscrição e seleção de que trata este Edital consórcios, desde que pelo menos uma de suas empresas seja brasileira.

5.2.4.1. No caso de participação em consórcio, a liderança caberá à empresa consorciada que detiver o maior capital social.

5.2.4.2. No consórcio de empresas brasileiras e estrangeiras, a liderança caberá à empresa brasileira que detiver o maior capital social.

5.2.4.3. A empresa consorciada não poderá participar da inscrição no processo de avaliação e seleção em mais de um consórcio ou isoladamente.

5.3. Da Inscrição das Obras

A inscrição deverá ser realizada pessoalmente pelo titular de direito autoral, devidamente cadastrado no sistema informatizado do FNDE para fins de participação no PNLD 2010, ou por procurador legalmente constituído. Essa fase compreenderá a entrega da documentação e das obras.

5.3.1. A obra inscrita deverá ter um único titular, o qual detenha o direito autoral de todos os volumes que a compõem.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

5.3.1.1. Somente serão aceitas inscrições de obras cujos autores, organizadores ou editores responsáveis sejam pessoas físicas, claramente identificadas na primeira capa do livro.

5.3.2. Da Entrega da Documentação

Os titulares de direito autoral serão convocados pelo FNDE de acordo com o período citado no **subitem 2.3.1.** para entrega dos seguintes documentos:

5.3.2.1. Declaração de Edição, conforme modelo apresentado no **Anexo II**, de que a(s) obra(s) apresentada(s) no ato da inscrição corresponde(m) à sua última edição.

5.3.2.2. Declaração de Originalidade, assinada pelo(s) titular(es) do direito autoral e pelo(s) autor(es), conforme modelo expresso no **Anexo III** de que a(s) obra(s) apresentada(s) no ato da inscrição não é(são) uma versão ou variante parcial ou total de outra(s) obra(s) inscrita(s) no PNLD 2010, sob pena de incidir no item de exclusão sumária, conforme o **subitem 6.2.1.1.**, além das eventuais penalidades cíveis e penais cabíveis.

5.3.2.3. Declaração de Primeira Avaliação, para obra(s) inédita(s), conforme modelo apresentado no **Anexo IV**, na qual se afirma, sob as penas da lei, que essa(s) obra(s) não foi(ram) produzida(s) tomando por base livros/coleções já avaliados em PNLD anteriores.

5.3.2.4. Declaração de Reinscrição, para obra(s) reapresentada(s), conforme modelo constante no **Anexo V**, informando que a(s) obra(s) apresentada(s) no ato da inscrição, ou parte dela(s), foi(ram) submetida(s) a avaliação(ões) anterior(es), e discriminando o(s) título(s) e autor(es) da obra avaliada.

5.3.2.5. Declaração de Revisão e Atualização para obra(s) excluída(s), conforme modelo apresentado no **Anexo VI** deste Edital. A nova edição deverá estar acompanhada da versão anterior excluída, contendo identificação dos pontos alterados/corrigidos, sob pena de incidir no item de exclusão sumária, conforme **subitem 6.2.1.1.**, além das possíveis penalidades cabíveis.

5.3.2.6. Ficha de Correção, para obra(s) excluída(s), de acordo com modelo do **Anexo VII** deste Edital, sob pena de incidir no item de exclusão sumária, conforme **subitem 6.2.1.1.**, além das eventuais penalidades cíveis e penais cabíveis.

5.3.2.7. Cópia do Contrato de Edição - instrumento mediante o qual o editor obriga-se a reproduzir, divulgar e comercializar as obras didáticas, ficando autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-la e explorá-la, pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor, com base no que preceitua a legislação que rege a matéria, em especial as Leis nº 9.610/98 e nº 5.988/73.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

5.3.2.8. Cópia de diplomação e/ou titulação acadêmica: os titulares de direito autoral deverão entregar uma cópia da diplomação e/ou titulação acadêmica, constando a(s) área(s) de graduação e/ou de mestrado e/ou de doutorado do(s) autor(es) da(s) obra(s) inscrita(s).

5.3.3. Da Entrega das Obras

Os titulares de direito autoral que realizarem a pré-inscrição de obras serão convocados pelo FNDE, em dia, horário e local previamente agendados, para entrega dos exemplares, de acordo com o período estabelecido no **subitem 2.3.** deste Edital.

5.3.3.1. Para participar do Programa, os titulares de direito autoral deverão apresentar coleções de obras didáticas assim definidas:

Obra(s) Caracterizada(s) – aquela(s) que deverá(ão) estar claramente identificada(s), de acordo com o **Anexo I.**

Obra(s) Descaracterizada(s) – aquela(s) que não poderá(ão) conter qualquer identificação, conforme especificado no **Anexo I.**

5.3.3.1.1. Deverão ser entregues 10 (dez) exemplares do livro do aluno, acompanhados de 10 (dez) exemplares do respectivo manual do professor, sendo, obrigatoriamente, 06 (seis) exemplares do livro do aluno e do manual do professor caracterizados e 04 (quatro) exemplares do livro do aluno e do manual do professor descaracterizados, conforme definido no **subitem 5.3.3.1.** Os volumes a serem entregues deverão corresponder à mais recente edição.

5.3.3.1.2. Todas as obras a serem entregues deverão estar embaladas por componente curricular, por título e ano ou ciclo, além de estarem identificadas externamente, em cada embalagem.

5.3.3.1.3. Os exemplares das obras deverão ser entregues em edição finalizada, com todos os textos, imagens, diagramação, cores e número de páginas definitivas, inclusive com acabamento e matéria prima definitiva (papel, grampo, cola etc). Todas as características do projeto gráfico e editorial devem ser mantidas caso a obra seja selecionada.

5.3.3.1.4. Exclusivamente para o processo de avaliação, além dos acabamentos definidos nas especificações técnicas, será aceito o acabamento espiralado.

5.3.4. Além das obras previstas no **subitem 5.3.3.1.1.**, o titular do direito autoral deverá entregar, no ato da inscrição, em CD, a(s) imagem(ns) da(s) capa(s) da(s) obra(s) inscrita(s), com as seguintes especificações: CMYK; 300 DPI; tamanho original ou com 50% de resolução; formato TIF.

5.3.5. Do Local



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

O local para entrega da documentação e das obras relativas ao objeto deste Edital será informado posteriormente pelo FNDE aos titulares de direito autoral.

5.3.6. Da Comprovação de Inscrição

Para efeito de confirmação da inscrição, os exemplares da obra, a documentação e o CD com a imagem da capa serão conferidos e emitido Comprovante de Entrega.

5.3.6.1. Somente será admitida a inscrição da obra e emitido o respectivo comprovante, mediante entrega conjunta de toda a documentação exigida no **subitem 5.3.2.**, dos exemplares da obra, na forma especificada no **subitem 5.3.3.**, e do CD com a imagem da capa, conforme especificação contida no **subitem 5.3.3.1.5.**, sendo vedado o recebimento parcial da documentação, dos exemplares, e do CD com a imagem da capa.

6. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DAS OBRAS

6.1. Da Triagem

A triagem consiste na análise das obras inscritas, de acordo com critérios estabelecidos no **Anexo I** deste Edital.

6.1.1. As obras que não atenderem às exigências contidas no **Anexo I** deste Edital serão automaticamente excluídas.

6.2. Da Pré-Análise e da Avaliação Pedagógica

A Secretaria de Educação Básica – SEB realizará a pré-análise das obras inscritas que se enquadrarem no **item 3** deste Edital, bem como procederá à avaliação do seu conteúdo pedagógico, obedecendo aos princípios e critérios estabelecidos no **Anexo IX** deste Edital, com base nas experiências acumuladas na avaliação dos livros didáticos destinados aos anos iniciais do ensino fundamental inscritos nos PNLD anteriores.

6.2.1. Da Pré-Análise

6.2.1.1. Na pré-análise serão sumariamente excluídas do PNLD as obras didáticas que:

- a) constituam versões ou variantes de outras obras inscritas;
- b) não atendam ao disposto no **item 1**;
- c) não atendam ao disposto no **subitem 5.3.2**;
- d) tenham sido excluídas em avaliação pedagógica anterior e não apresentem documentação comprobatória de reformulação, conforme estabelecem os **subitens 5.3.2.5 e 5.3.2.6** deste Edital.

6.2.2. Da Avaliação Pedagógica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Na avaliação pedagógica serão consideradas as especificações constantes do **item 1** e dos **subitens 3.2., 3.3., 3.4., 3.5. e 3.6.**, os critérios estabelecidos no **Anexo IX** deste Edital, além dos previstos no **subitem 6.2.1.1.**

6.2.2.1. As obras selecionadas farão parte do GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS DESTINADOS AOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – PNLD 2010, a ser encaminhado às escolas atendidas pelo Programa em todo o País.

6.3. Do Guia

Constarão no Guia de Livros Didáticos as resenhas dos livros e das coleções destinadas aos anos iniciais do ensino fundamental, os princípios e critérios que nortearam a avaliação pedagógica, os modelos das fichas de análise. O Guia será encaminhado às escolas públicas do ensino fundamental e disponibilizado na *Internet* com o objetivo de auxiliar os professores na escolha das obras didáticas, que serão utilizadas no período a ser estabelecido por Resolução do Conselho Deliberativo do FNDE.

6.4. Da Escolha das Obras

Os professores, em consenso, com base na análise das resenhas dos títulos contidos no Guia, escolherão as obras a serem utilizadas em sala de aula de acordo com a proposta pedagógica da escola.

6.4.1. Após a escolha dos professores, ficará a cargo do diretor da escola o preenchimento e encaminhamento dessa escolha ao FNDE, via internet ou formulário impresso.

7. DOS PROCESSOS DE HABILITAÇÃO, AQUISIÇÃO, PRODUÇÃO E ENTREGA

Após a divulgação do resultado da avaliação pedagógica realizada sob a coordenação da Secretaria de Educação Básica – SEB/MEC, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE procederá à execução das demais etapas do Programa:

7.1. Da Habilitação

A habilitação do titular de direito autoral será feita por Comissão Especial de Habilitação, instituída pelo FNDE, e consistirá na análise da documentação prevista na Lei nº 8.666/93, na IN/MARE nº 05/95, no Decreto-lei nº 3.722/01 e na Lei 9.610/98 e respectivas modificações posteriores, bem como da documentação exigida no **subitem 7.1.2.**, a ser apresentada pelo titular de direito autoral, quando convocado pelo FNDE, na forma do disposto neste Edital.

7.1.1. Nessa fase deverão ser observados os seguintes procedimentos:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

a) toda e qualquer documentação necessária à habilitação deverá ser apresentada, datada e assinada pelo titular de direito autoral ou por seu procurador legalmente constituído, por meio de instrumento hábil;

b) os documentos necessários à habilitação, em conformidade com o disposto no **subitem 7.1.2.**, poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia, desde que autenticada por cartório competente ou pela Comissão Especial de Habilitação, mediante a apresentação do documento original;

c) nos casos em que o Contrato de Edição vigente não determinar o número de exemplares em quantidade suficiente para atender à aquisição a ser realizada pelo FNDE, o titular de direito autoral obrigará-se a celebrar instrumento específico com o autor, como, por exemplo, Adendo Contratual, Instrumento de Retificação ou Ratificação, novo Contrato de Edição, etc. para a celebração das novas circunstâncias contratuais;

d) o novo instrumento, previsto na alínea anterior, deverá especificar a possibilidade de produção da nova tiragem, ratificar as cláusulas não alteradas do Contrato de Edição original e alterar ou complementar o que for necessário, conforme a legislação que regulamenta os direitos autorais;

e) a Comissão Especial de Habilitação, no curso do processo de análise da documentação, poderá promover diligências, solicitar esclarecimentos, estabelecer exigências a serem cumpridas, objetivando certificar-se da licitude, veracidade e eficácia da documentação e respectivos dados fornecidos;

f) constitui obrigação do habilitando informar ao FNDE, previamente ou imediatamente após ter ciência, a existência de qualquer discussão judicial que envolva as obras inscritas com base no presente Edital, o que será considerado pela Comissão de Habilitação;

g) constitui obrigação do habilitado informar ao FNDE, imediatamente após ter ciência, a existência de qualquer discussão judicial que envolva as obras selecionadas, o que será considerado pelo FNDE, ficando facultado o depósito dos valores envolvidos em juízo.

7.1.2. Da Documentação Exigida

7.1.2.1. Da Documentação Referente à Obra

a) Contrato de Edição – instrumento mediante o qual o editor obriga-se a reproduzir, divulgar e comercializar as obras didáticas, ficando autorizado, em caráter de exclusividade, a publicá-la e explorá-la, pelo prazo e nas condições pactuadas com o autor, com base no que preceitua a legislação que rege a matéria, em especial as Leis nº 9.610/98 e nº 5.988/73. O Contrato de Edição deverá ser firmado por quem for comprovadamente titular dos direitos autorais, inclusive pelo(s) co-autor(es) em caso de criação comum, e só será considerado como válido para habilitação do proponente se restar incontestado a plenitude dos direitos autorais e de edição nele envolvidos.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

b) Adendo ao Contrato de Edição - instrumento legal vigente que possibilite a retificação, e/ou complementação das cláusulas pactuadas, possibilitando a produção da obra com as características e tiragem necessárias, para atender ao Programa Nacional do Livro Didático – PNLD 2010, caso não esteja previsto no contrato original.

c) Documentos Comprobatórios da Titularidade de Direito Autoral – caso o Contrato de Edição ou Adendo Contratual seja assinado por herdeiro ou representante legal do autor, deverão ser apresentados documentos que comprovem a titularidade de direito autoral sucessório ou a possibilidade de representação, tais como procurações, que deverão ser autenticadas.

d) Declaração de Vigência – nos casos de contratos com prazo de vigência indeterminado, ou não expresso, deverá ser apresentada, sob as penas da lei, declaração complementar com firmas reconhecidas em cartório, na qual os titulares do direito autoral declarem que o Contrato de Edição apresentado encontra-se em plena vigência. Nos casos de contratos com previsão de renovação automática, deverá constar na Declaração o período renovado, conforme estabelecido no contrato.

e) Para as obras coletivas - o titular do direito patrimonial deverá apresentar Contrato de Prestação de Serviços ou Contrato de Trabalho que estabeleça que todo trabalho produzido pelo funcionário é patrimônio da empresa. Caso os autores das obras não sejam funcionários da empresa, os contratos devem especificar a contribuição de cada um, o prazo para a entrega ou realização, a remuneração e as demais condições de execução

7.1.2.2. Da Documentação Comprobatória de Habilitação Jurídica e Fiscal

Por ocasião da etapa de habilitação o titular de direito autoral deverá apresentar ao FNDE os seguintes documentos:

a) cédula de identidade e CPF do titular do direito autoral e, quando se tratar de representante legal, deverá ser apresentado também, instrumento de procuração;

b) declaração de que a empresa não emprega menor, conforme dispõe o inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, acrescido pela Lei nº 9854/99;

c) declaração de inexistência de fato impeditivo, ratificando a inexistência de circunstâncias que impeçam o titular do direito autoral de contratar com a Administração Pública Federal;

d) contrato/estatuto social da empresa, alterações contratuais e atas de reuniões/assembleias;

7.1.2.2.1. O Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF será consultado *on-line*, conforme previsto na Lei nº 8.666/93 e na IN/MARE nº 05/95 e respectivas modificações posteriores, bem como no Decreto nº 3.722, de 09 de janeiro de 2001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

7.1.2.2.2. O FNDE verificará a regularidade da Contribuição Social do Salário Educação, previsto no § 5º do art. 212 da Constituição Federal e regulamentada pelos Decretos 9.424/96 e 9.766/98, bem assim pelo Decreto nº 3.142/99 e alterações posteriores.

7.1.2.3. Da Documentação Referente à Situação Financeira do Titular de Direito Autoral

7.1.2.3.1. Extrato dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC). Caso quaisquer desses índices estejam inferiores ou iguais a 01 (um), será exigida prestação de garantia em uma das modalidades previstas pelo § 1º do art. 56 da Lei nº 8.666/93, e respectivas modificações posteriores.

7.1.2.3.2. A modalidade de garantia a ser prestada corresponderá a três por cento do valor a ser contratado, devendo ser entregue ao FNDE até a data da assinatura do contrato.

7.1.2.3.2.1. A liberação e a restituição da garantia somente ocorrerá ao término da vigência do contrato e do cumprimento das obrigações contratuais, em especial a(s) Cláusula(s) referente(s) ao controle de qualidade.

7.1.2.3.2.2. No caso da apresentação de título da dívida pública que venha requerer tratamento especial, ficará a cargo da empresa a ser contratada o devido acondicionamento do documento, de forma a garantir sua integridade física.

7.1.2.3.3. No caso de consórcio, além da documentação exigida nos subitens anteriores, serão exigidos os itens I, II e III do art. 33 da Lei 8.666/93, bem como o registro do consórcio nos termos do parágrafo segundo do art. 33, da mesma Lei.

7.1.2.3.4. Este edital não dispensa o atendimento, em especial, das exigências da Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei nº 8.666/93, quando da celebração dos futuros contratos administrativos.

7.2. Da Aquisição

Com base na escolha dos professores e no Censo Escolar realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o FNDE/MEC estabelecerá critérios de atendimento e convocará, por meio de Comissão Especial instituída para esse fim, os titulares de direito autoral habilitados para proceder à negociação de preços, visando adquirir os livros e as coleções a serem produzidas, conforme especificações técnicas mínimas contidas no **Anexo VIII** deste Edital, e postados/entregues conforme as Instruções Operacionais a serem fornecidas no momento da negociação.

7.3. Da Produção



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Após a assinatura dos contratos, os titulares de direito autoral participantes do PNLD 2010 estarão aptos a iniciarem a produção dos livros a serem distribuídos aos alunos da rede pública do País, de acordo com as especificações técnicas contidas no **Anexo VIII**. Nessa etapa de produção não serão aceitas quaisquer alterações nas obras avaliadas e selecionadas para o PNLD 2010, ou seja, os livros deverão ser impressos com conteúdos idênticos àqueles inscritos no Programa, inclusive com o mesmo número de páginas, conforme **subitem 5.3.3.1.3** deste Edital.

7.3.1. Do Controle de Qualidade

Por ocasião da produção das obras, o FNDE, ou a instituição por ele contratada para esse fim, poderá realizar Controle de Qualidade, mediante amostragem definida na NBR 5426/1985 – ABNT, em nível de inspeção a ser definido em contrato, que consistirá na análise dos itens de não conformidade constantes da Resolução n.º 03, de 23/3/2005, do Conselho Deliberativo do FNDE, publicada no Diário Oficial da União, ou outra que vier a substituí-la, com vistas à verificação da qualidade do produto a ser entregue.

7.4. Da Entrega

As obras serão entregues/postadas diretamente pelos titulares de direito autoral à empresa responsável pela distribuição, a ser contratada pelo FNDE, conforme Instrução Operacional a ser fornecida no momento da negociação.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. A inscrição das obras implica aceitação, pelo participante, de forma integral e irretratável dos termos deste Edital, bem como da legislação aplicável, especialmente em matéria de direito autoral, não cabendo impugnações posteriores.

8.2. O titular de direito autoral deve manter toda a documentação atualizada durante o período de execução do contrato, especialmente no que se refere ao SICAF.

8.3. A documentação constante no **subitem 7.1.2** deste Edital deverá ser apresentada pelos titulares em tempo hábil, sob pena de ser a obra excluída.

8.4. O FNDE/MEC poderá, a qualquer tempo, desde que devidamente comprovado por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, revogar, total ou parcialmente, o presente processo.

8.5. As etapas do processo referente ao PNLD 2010 estarão sob a integral responsabilidade:

8.5.1. do FNDE: pré-inscrição;

8.5.2. do FNDE e da instituição a ser contratada pelo FNDE: recepção das obras (prevista no **subitem 5.3.3**), da documentação (prevista no **subitem 5.3.2**) e dos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

CD com as imagens das capas das obras inscritas (previsto no **subitem 5.3.4.**), bem como a triagem efetiva dos títulos inscritos;

8.5.3. da Secretaria de Educação Básica/MEC: pré-análise e avaliação pedagógica das obras e elaboração do Guia de Livros Didáticos;

8.5.4. dos Professores/Diretores de Escolas: escolha dos livros e coleções;

8.5.5. da Comissão Especial de Habilitação/FNDE: análise e deliberação quanto à documentação apresentada pelos titulares de direitos autorais;

8.5.6. da Comissão Especial de Negociação/FNDE: negociação dos preços das obras;

8.5.7. do Titular de Direito Autoral: produção e postagem;

8.5.8. do FNDE e da Empresa a ser por ele contratada: controle de qualidade;

8.5.9. da Empresa a ser contratada pelo FNDE: distribuição;

8.5.10. do FNDE e das Secretarias Estaduais e Municipais de Educação: acompanhamento/monitoramento da execução do Programa.

8.6. De acordo com as responsabilidades, conforme definido no item 8.5. deste Edital, os pedidos de esclarecimentos deverão ser dirigidos ao FNDE, por meio da Coordenação-Geral dos Programas do Livro, no Setor Bancário Sul – Quadra 02 – Bloco “F” – Edifício Áurea – Sala 1.401 – CEP: 70070-929 – Brasília/DF – telefones (61) 3966-4915/3966-4280 FAX (61) 3966-4193, e à SEB, por meio da Coordenação-Geral de Estudos e Avaliação de Materiais, no endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco “L”, 6º andar, sala 612 – Brasília/DF – CEP 70047-900, e pelo telefone (61) 2104-8636.

8.6.1. Os pedidos de esclarecimentos serão aceitos se encaminhados até o prazo máximo de 10(dez) dias anteriores a data final para inscrição.

8.7. Será de inteira responsabilidade dos titulares de direito autoral a validade das informações fornecidas ao FNDE, no cadastramento das obras, tendo em vista que essas informações subsidiarão a montagem do Guia de Livros Didáticos destinados para os anos iniciais do ensino fundamental, a ser enviado às escolas, e serão, também, utilizadas nas demais etapas do processo de seleção e aquisição. Essas informações serão a única fonte de referência e deverão conter todos os dados atualizados relativos aos titulares de direitos autorais, à editora e às obras inscritas.

8.8. A inscrição da(s) obra(s) não implica na obrigatoriedade de assinatura de contrato de aquisição por parte do FNDE, tampouco confere direitos a indenizações a título de reposição de despesas realizadas no cumprimento de etapas deste Edital e na produção da obra ou direito a lucro cessante, em caso de não-aprovação no processo de triagem e/ou avaliação pedagógica, escolha e negociação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

8.9. O FNDE poderá solicitar, a seu critério, antes da escolha e da negociação, planilha de preços a serem praticados pelos editores, conforme diferentes níveis de tiragem, em formulário próprio a ser enviado pelo FNDE.

8.10. Situações não previstas neste Edital serão analisadas pelo FNDE e pela SEB, de acordo com as suas competências e com a natureza do assunto.

8.11. Integram o presente Edital, como se transcritos fossem e como partes indissolúveis, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Triagem
- b) Anexo II – Modelo de Declaração de Edição
- c) Anexo III – Modelo de Declaração de Originalidade
- d) Anexo IV – Modelo de Declaração de Primeira Avaliação
- e) Anexo V – Modelo de Declaração de Reinscrição
- f) Anexo VI – Modelo de Declaração de Revisão e Atualização da Obra
- g) Anexo VII - Modelo de Ficha de Correção da Obra
- h) Anexo VIII - Especificações Técnicas Mínimas para Produção das Obras
- i) Anexo IX - Princípios e Critérios para a Avaliação das Obras inscritas para atender ao PNLD 2010.

Brasília, de de 2007.

RAFAEL PEREIRA TORINO
Presidente Substituto do FNDE

MARIA DO PILAR LACERDA ALMEIDA E SILVA
Secretária de Educação Básica



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ANO DE 2010
(PNLD 2010)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PNLD 2010.

ANEXO I

TRIAGEM

1. DEFINIÇÕES

1.1. Livros consumíveis – livros com lacunas ou espaços que possibilitem a realização das atividades e exercícios propostos ou que utilizem espaçamento entre as questões e textos que induzam o aluno a respondê-los no próprio livro, inviabilizando a sua reutilização.

1.2. Livros não-consumíveis – livros sem lacunas ou espaços para realização das atividades ou exercícios propostos, possibilitando a sua reutilização.

1.3. Livros multisseriados – livros que combinem, em um mesmo volume, conteúdos de mais de um ano.

1.4. Livros destinados a ciclos – livros que apresentam conteúdo e atividades, num único volume, com o propósito de atender dois ou mais anos que compõem um ciclo de ensino-aprendizagem.

1.5. Livros suplementares – livros auxiliares às matérias mínimas oficiais, tais como: livros de consulta, referência, literatura, exercícios, jogos e outros;

1.6. Coleção – conjunto de volumes organizados em torno de uma proposta pedagógica única e de uma seqüência articulada a anos ou ciclo.

1.7. Encarte – impressos consumíveis complementares a um livro didático apensos ao livro do aluno.

1.8. Livros Caracterizados – Livros que contenham todas as identificações essenciais à obra, discriminadas neste Anexo.

1.9. Livros Descaracterizados – Livros que não contenham qualquer identificação de um ou mais elementos definidos neste Anexo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

1.10. Autor – pessoa física criadora da obra literária, artística ou científica.

1.11. Colaborador – qualquer pessoa que tenha, a qualquer tempo, contribuído como assessor, consultor, prefaciador ou apresentador, na confecção de trechos da obra submetida ao PNLD e que tenha seu nome citado como tal em qualquer parte da obra.

2. ESTRUTURA EDITORIAL

2.1. Livro Didático Caracterizado

2.1.1. Livro do Aluno

2.1.1.1. Na primeira capa:

- a) Título da coleção e título do livro
- b) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente
- c) Nome do(s) autor(es), ou pseudônimo
- d) Componente curricular
- e) Nome da editora
- f) Indicação de livro consumível ou não-consumível.

2.1.1.2. A segunda e terceira capas:

Não devem conter textos ou ilustrações, podendo o MEC incluir mensagens institucionais por ocasião do processo de aquisição.

2.1.1.3. Na quarta capa:

- a) Hino Nacional
- b) Código de barras referente ao livro do aluno
- c) Número do ISBN

2.1.1.4. Na folha de rosto:

Frente

- a) Título da coleção e título do livro
- b) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente
- c) Nome do autor(es), ou pseudônimo
- d) Dados sobre a formação e experiência profissional do(s) autor(es)
- e) Componente curricular
- f) Nome da editora
- g) Número da edição, inclusive quando for a primeira, local e ano de publicação

Verso

- a) Ficha catalográfica
- b) Nome e endereço completo da editora



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

2.1.1.5. Na lombada:

Para livros com lombada quadrada:

- a) Título do livro
- b) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente
- c) Componente curricular

2.1.2. Manual do Professor

2.1.2.1. Na primeira capa:

- a) Título da coleção e título do livro
- b) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente
- c) Nome do(s) autor(es), ou pseudônimo
- d) Componente curricular
- e) Nome da editora
- f) A expressão *Manual do Professor*, em local e tamanho de fácil identificação

2.1.2.2. A segunda e terceira capas:

Não devem conter textos ou ilustrações, podendo o MEC incluir mensagens institucionais por ocasião do processo de aquisição.

2.1.2.3. Na quarta capa:

- a) Hino Nacional
- b) Código de barras referente ao Manual do Professor
- c) Número do ISBN

2.1.2.4. Na folha de rosto:

Frente

- a) Título da coleção e título do livro
- b) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente
- c) Nome do(s) autor(es)
- d) Dados sobre a formação e experiência profissional do(s) autor(es)
- e) Componente curricular
- f) Nome da editora
- g) Número da edição, inclusive quando for a primeira, local e ano de publicação
- h) A expressão *Manual do Professor*, em local e tamanho de fácil identificação



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Verso

- a) Ficha catalográfica
- b) Nome e endereço completo da editora

2.1.2.5. O miolo:

Deve conter instruções e orientações teórico-metodológicas ao professor, acompanhadas do livro do aluno de forma integral, com ou sem comentários adicionais.

2.1.2.6. Na lombada:

Para livros com lombada quadrada:

- a) Título do livro
- b) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente
- c) Componente curricular

2.2. Livro Didático Descaracterizado

2.2.1. Livro do Aluno

2.2.1.1. A primeira capa:

Deve trazer única e exclusivamente os elementos a seguir denominados, não sendo permitida a inserção de ilustrações ou outros textos:

2.2.1.1.1. Para os livros de 1º ano:

- a) componente curricular (Alfabetização)
- b) complemento (Livro do Aluno ou Manual do Professor)

2.2.1.1.2. Para os livros de 2º ano:

- a) componente curricular (Alfabetização ou Matemática)
- b) complemento (Livro do Aluno ou Manual do Professor)
- c) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente

2.2.1.1.3. Para os livros de 3º, 4º e 5º anos:

- a) componente curricular (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História ou Geografia)
- b) complemento (Livro do Aluno ou Manual do Professor)
- c) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente

2.2.1.2. A segunda, terceira e quarta capas:

Não devem conter textos ou ilustrações, podendo o MEC incluir mensagens institucionais por ocasião do processo de aquisição.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

2.2.1.3. A folha de rosto:

Não deve possuir textos ou ilustrações.

2.2.1.4. O miolo:

Não deve conter texto ou elementos que identifiquem a editora, e/ou o(s) autor(es), e/ou colaborador (es), e/ou título da coleção ou do livro.

2.2.2. Manual do Professor

2.2.2.1. A primeira capa:

Deve trazer única e exclusivamente os elementos a seguir elencados, não sendo permitida a inserção de ilustrações ou outros textos:

- a) Componente curricular;
- b) Complemento (Livro do Aluno ou Manual do Professor);
- c) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente

2.2.2.2. A segunda, terceira e quarta capas:

Não devem conter textos ou ilustrações, podendo o MEC incluir mensagens institucionais por ocasião do processo de aquisição.

2.2.2.3. A folha de rosto:

Não devem possuir textos ou ilustrações

2.2.2.4. O miolo:

Não deve conter texto ou elementos que identifiquem a editora, e/ou o(s) autor(es), e/ou colaborador(es), e/ou título da coleção ou do livro.

3. CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO

3.1. Nesta etapa serão excluídas as obras didáticas que apresentarem as seguintes características:

3.1.1. livros consumíveis, de 3º, 4º e 5º anos.

3.1.2. livros multisseriados, exceto aqueles destinados a ciclos;

3.1.3. livros suplementares;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- 3.1.4. livros consumíveis convertidos em não-consumíveis;
- 3.1.5. livros apresentados em mais de um volume para um único ano ou ciclo;
- 3.1.6. livro do aluno que adote sinal gráfico referencial ou textos que induzam à obrigatoriedade do uso do caderno de atividades ou outros materiais didáticos específicos, associados ao título ou à coleção;
- 3.1.7. livros não acompanhados do manual do professor;
- 3.1.8. livros que apresentem encartes e/ou cadernos de atividades que constituam volume em separado;
- 3.1.9. livros com páginas faltantes, trocadas e/ou com rasuras;
- 3.1.10. toda a coleção quando um dos seus volumes for excluído nessa etapa de triagem;
- 3.1.11. não atender ao **subitem 2.3** do Edital.
- 3.1.12. não atender às especificações constantes do **subitem 2.2**, deste Anexo;
- 3.1.13. Não contiver os seguintes elementos de estrutura editorial:

Livro do Aluno identificado

Na primeira capa:

- a) Título da coleção e título do livro
- b) A palavra ano ou ciclo, bem como do número correspondente
- c) Nome do(s) autor(es), ou pseudônimo
- d) Componente curricular
- e) Nome da editora.
- f) Indicação de livro consumível ou não-consumível

Na quarta capa:

Número do ISBN

Na folha de rosto (Verso)

Ficha catalográfica

Manual do Professor identificado

Na primeira capa:

- a) Título da coleção e título do livro



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- b) A palavra ano ou ciclo, bem como o número correspondente
- c) Nome do(s) autor(es), ou pseudônimo.
- d) Componente curricular
- e) Nome da editora
- f) A expressão *Manual do Professor*, em local e tamanho de fácil identificação.

Na quarta capa

Número do ISBN

Na folha de rosto (Verso)

Ficha catalográfica

Miolo:

Instruções e orientações teórico-metodológicas ao professor, acompanhadas do livro do aluno de forma integral, com ou sem comentários adicionais.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ANO DE 2007
(PNLD/2010)

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E SELEÇÃO DE OBRAS DIDÁTICAS A SEREM INCLUÍDAS NO GUIA DE LIVROS DIDÁTICOS DE 1º AO 5º ANO DO PNLD/2010.

ANEXO VIII

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS MÍNIMAS PARA PRODUÇÃO DOS LIVROS

1. LIVROS DIDÁTICOS CONSUMÍVEIS DE 1º E 2º ANO

Livro do Aluno e Manual do Professor.

1.1 - Formato:

- a) Formato: 205 mm x 275 mm, com desvio de até mais ou até menos 3 mm.

1.2 – Matéria prima:

- a) CAPA: Papel “off set” branco, ou cartão branco de 180 a 250 g/m² nominais, com tolerância de até menos 4% na gramatura nominal inferior e de até mais 12% na gramatura nominal superior).
- b) MIOLO: Papel “off set” branco, gramatura de 63 g/m² nominais, com tolerância de variação de até 4% (quatro por cento), nas gramaturas nominais. Alvura mínima de 58% (cinquenta e oito por cento) e opacidade mínima de 80% (oitenta por cento).

2. LIVROS DIDÁTICOS NÃO CONSUMÍVEIS DE 3º AO 5º ANO

Livro do Aluno e Manual do Professor.

2.1 - Formato:

- a) Formato: 205 mm x 275 mm, desvio de até mais ou até menos 3 mm..



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

2.2 – Matéria prima:

- a) CAPA: Cartão branco de 250 g/m² a 300 g/m² nominais, com tolerância de até menos 4% na gramatura nominal inferior e de até mais 12% na gramatura nominal superior), revestido na frente, plastificado ou envernizado com verniz UV.
- b) MIOLO: Papel “off set” branco, gramatura de 75 g/m² nominais, com tolerância de variação de até 4% (quatro por cento) na gramaturas nominais. Alvura mínima de 80% (oitenta por cento) e opacidade mínima de 82% (oitenta e dois por cento).

3. ACABAMENTO

3.1 Para livros com até 96 páginas de miolo:

- a) Tipo de lombada: canoa;
- b) miolo e capa: grampeados com 2 (dois) grampos acavalados na lombada;
- c) características do grampo: galvanizado com bitola n.º 26 ou 25;
- d) grampeamento: distribuídos simetricamente em relação à extensão pé à cabeça do livro com variação de 2 cm, e tolerância máxima de desalinhamento de 0,5 mm em relação ao vinco da dobra;
- e) a distância nominal entre a lombada e a mancha deve ser de 20 mm, com tolerância de variação de menos 2 mm, respeitada a diagramação original do livro
- f) a distância nominal entre o corte trilateral e a mancha deve ser superior a 10 mm e inferior a 20 mm, respeitada a diagramação original do livro.

3.2 Para livros com mais de 96 páginas e até 160 páginas de miolo:

- a) Tipo de lombada: quadrada;
- b) miolo costurado com linha, “falsa/termo costura”, ou costura de cola, ou colagem PUR, ou grampeado com 2 (dois) grampos internos e colado à capa em toda a extensão da lombada;
- c) características do grampo: galvanizado com bitola n.º 26 ou 25;
- d) grampeamento: distribuídos simetricamente em relação à extensão pé à cabeça do livro com variação de 2 cm, afastado 4 mm da lombada;
- e) capa com vinco de manuseio a 7 mm da lombada com tolerância de mais ou de menos 1 mm;
- f) colagem lateral de capa até o vinco de manuseio, com tolerância de até menos 1,5 mm;
- g) a distância nominal entre a lombada e a mancha deve ser de 20 mm, com tolerância de variação de menos 2 mm, respeitada a diagramação original do livro
- h) A distância nominal entre o corte trilateral e a mancha deve ser superior a 10 mm e inferior a 20 mm, respeitada a diagramação original do livro.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

3.3 Para exemplares com mais de 160 e até 848 páginas de miolo:

- a) Tipo de lombada: quadrada;
- b) miolo costurado com linha, ou “falsa/termo costura”, ou costura de cola, ou colagem PUR;
- c) o miolo deve ser colado à capa, em toda extensão da lombada;
- d) capa com vinco de manuseio a 7 mm da lombada com tolerância de mais ou menos 1 mm;
- e) colagem lateral de capa até o vinco de manuseio, com tolerância de até menos 1,5 mm;
- f) a distância nominal entre a lombada e a mancha deve ser de 20 mm, com tolerância de variação de menos 2 mm, respeitada a diagramação original do livro;
- g) a distância nominal entre o corte trilateral e a mancha deve ser superior a 10 mm e inferior a 20 mm, respeitada a diagramação original do livro.

Para exemplares com mais de 848 páginas de miolo:

- a) Tipo de lombada: quadrada;
- b) miolo costurado com linha;
- c) o miolo deve ser colado à capa, em toda extensão da lombada;
- d) capa com vinco de manuseio a 7 mm da lombada com tolerância de mais ou menos 1 mm;
- e) colagem lateral de capa até o vinco de manuseio, com tolerância de até menos 1,5 mm;
- f) a distância nominal entre a lombada e a mancha deve ser de 20 mm, com tolerância de variação de menos 2 mm, respeitada a diagramação original do livro;
- g) a distância nominal entre o corte trilateral e a mancha deve ser superior a 10 mm e inferior a 20 mm, respeitada a diagramação original do livro.

Para os livros didáticos definidos nos subitens 3.1, 3.2 e 3.3 deste Anexo, poderá ser utilizado também os seguintes tipos de acabamento:

- a) costura de linha
- b) falsa/termo costura
- c) costura de cola
- d) colagem PUR

3.5 - Para os livros costurados com linha, a linha deve ser de algodão, sintética ou mista, com resistência suficiente para garantir a integridade física do miolo.

3.6 - Para os livros com acabamento “falsa/termo costura”, a linha deve ser mista, a base de polipropileno, com resistência suficiente para garantir a integridade física do miolo.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

3.7 - Para os livros costurados com cola o processo deverá ser “Burst”, “notched” ou “slotted binding”, de forma a garantir a integridade física do miolo.

3.8 - Para os livros com lombada raspada e colada, ou raspada, frezada e colada, o processo de colagem deverá ser com a utilização de cola de poliuretano reativo (PUR)

3.9 - para os acabamentos previstos nos subitens 3.7, 3.8, e a eficiência da colagem do miolo deverá ser correspondente à exigência definida em contrato;

3.10 - excepcionalmente, em virtude da tecnologia existente à época da produção, poderá ser utilizado acabamento por processo de colagem diferente do previsto no Edital, desde que permitido no instrumento contratual, previamente solicitado pelo contratado e aprovado pelo FNDE, e que garanta resultados de eficiência de colagem exigidos em contrato;

3.11 - não será admitido miolo apenas colado, ou raspado e colado. A cola utilizada deverá ser flexível após secagem e, em nenhum caso, poderá conter breu ou amido.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

**PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PARA O ANO DE 2010
(PNLD 2010)**

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA INSCRIÇÃO NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO E
SELEÇÃO DE OBRAS PARA O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PNLD
2010**

ANEXO IX

**PRINCÍPIOS E CRITÉRIOS PARA A AVALIAÇÃO DE LIVROS DESTINADOS AOS
ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – PNLD 2010**

INTRODUÇÃO

A implantação do Ensino Fundamental de nove anos, prevista na lei 11.274, teve por objetivo ampliar não só o número de alunos na escola como também o período de tempo que essas crianças permanecem na escola. Essa ampliação significará o ingresso mais cedo à cultura letrada, o que poderá se reverter em um melhor desempenho dos alunos no que diz respeito à alfabetização e ao letramento. É preciso ressaltar, no entanto, que as características da etapa de desenvolvimento devem ser preservadas. Os alunos de 6 anos ainda estão em um momento da vida em que o brincar é parte inerente de seu desenvolvimento e, portanto, é preciso uma readequação da escola para acolher essas crianças no ensino fundamental. Essa readequação se faz em diferentes aspectos: gestão, materiais, projeto pedagógico, tempo e espaço, formação continuada de professores, avaliação, currículo, conteúdos, metodologias. Além dos próprios conceitos de infância e adolescência. O livro didático, como material de apoio ao professor, não pode se manter com as características que vem se apresentando ao longo dos anos. É urgente o redimensionamento desses materiais, bem como uma reflexão sobre as condições de uso dentro e fora de sala de aula.

A partir de 2010, o PNLD deverá atender às novas exigências do ensino fundamental de nove anos. Várias alterações se fizeram necessárias, entre elas é importante destacar a adoção de um livro único no primeiro ano e de dois livros no segundo ano de escolaridade. A mudança que se efetuou tem por objetivo respeitar os ritmos dos alunos de 6 e de 7 anos. A alfabetização e o letramento não podem ser tratados como processos que se concluem ao final do ano letivo, mas como etapas da aquisição e estruturação do código escrito, portanto, devem ser mais enfatizadas nesses dois primeiros anos e, ao mesmo tempo, devem ser flexíveis o bastante para propiciar a evolução dos alunos dentro de seus próprios ritmos.

Tendo em vista as recentes reformulações decorrentes da implantação do ensino fundamental de 9 anos, o Ministério da Educação elaborou e distribuiu às escolas os



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

documentos *Orientações para a inclusão da criança de 6 anos de idade* e *Ensino fundamental de 9 anos: Orientações Gerais*. Esses documentos contêm as diretrizes que norteiam o processo de inclusão das crianças de seis anos no ensino fundamental e orientações para o trabalho de gestores e professores. Assim, é importante que os livros didáticos estejam em consonância com esses instrumentos.

Como se verá nas páginas que se seguem, os critérios para avaliação das obras didáticas também foram reestruturados para dar lugar a um material de apoio mais coerente com a prática pedagógica que se espera: dinâmica, consistente e participativa. Lembramos o que se colocava em editais anteriores: “ A realidade educacional brasileira é bastante heterogênea: ao mesmo tempo em que há movimentos em torno de uma educação voltada para a prática social, que se apropria da realidade como instrumento pedagógico e que faz do livro didático material de auxílio ao processo ensino-aprendizagem, devidamente contextualizado, este mesmo livro, em outras situações, continua a ser a única referência para o trabalho do professor, passando a assumir até mesmo o papel de currículo e de definidor das estratégias de ensino.” Essa realidade permanece, mas, por meio do debate que se espera seja instalado no âmbito da educação fundamental, é possível encontrar caminhos para que os materiais didáticos sejam, de fato, uma complementação do trabalho do professor; possam efetivamente contribuir para uma prática pedagógica autônoma e promovam a busca por metodologias e concepções pedagógicas adequadas ao projeto político-pedagógico da escola. A avaliação pedagógica, baseia-se, portanto, na premissa de que as obras didáticas devem auxiliar o docente na busca por caminhos para sua prática pedagógica. Esses caminhos são bastante plurais, posto que o universo de referências dos saberes desse profissional não se esgota no restrito espaço da sala de aula ou nas orientações transmitidas pela obra didática. O professor, dada a natureza do seu ofício, vive em permanente processo de formação.

Nesse sentido, os livros constantes do Guia devem desempenhar um duplo papel: a) um papel pedagógico, garantindo a veiculação de conceitos e informações corretos, mantendo coerência da sua opção metodológica e fornecendo ao professor subsídios para o aprimoramento de sua prática docente, b) Um papel social, contribuindo para a formação da cidadania, incentivando a autonomia do professor e do aluno, valorizando a liberdade de expressão e pensamento e promovendo o respeito mútuo entre os sujeitos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº 9394/96 - preconiza como princípios do ensino a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”, o “pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas”, o “respeito à liberdade e apreço à tolerância”, a “garantia do padrão de qualidade”, a “valorização da experiência extra-escolar” e a “vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais” (Título II, art. 3º). Dessa forma, a obra didática não pode, sob hipótese alguma, veicular preconceitos, estar desatualizada em relação aos avanços da teoria e prática pedagógicas, repetir padrões estereotipados ou conter informações erradas, equivocadas ou superadas pelo desenvolvimento de cada área do conhecimento – sejam sob a forma de texto ou ilustração – ou ainda, informações que contrariem, de algum modo, a legislação vigente, como o Estatuto da Criança e do Adolescente, por exemplo. Devem, ao contrário, favorecer o diálogo, o respeito e a convivência, possibilitando a alunos e professores o acesso a informações corretas e necessárias ao



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

crescimento pessoal, intelectual e social dos atores envolvidos no processo educativo, atuando como propagador de conceitos e informações necessários à cidadania e ao convívio democrático, como o respeito, a ética e o reconhecimento da diversidade.

Quanto à construção de uma sociedade cidadã, os livros deverão:

1. promover positivamente a imagem da mulher, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder;
2. abordar a temática de gênero, da não violência contra a mulher, visando à construção de uma sociedade não sexista, justa e igualitária;
3. promover a imagem da mulher através do texto escrito, das ilustrações e das atividades dos livros didáticos, reforçando sua visibilidade;
4. promover positivamente a imagem de afrodescendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder;
5. promover positivamente a cultura afrobrasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sócio-científicos;
6. abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade anti-racista, justa e igualitária.

Os critérios que se anunciam nas próximas páginas têm por objetivo zelar por livros que possam oferecer a alunos e professores conteúdos significativos para uma aprendizagem efetiva, lúdica e independente.

CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS COMUNS A TODAS AS ÁREAS

Serão sumariamente eliminadas as obras que não observarem os seguintes critérios:

- (i) correção dos conceitos e informações básicas;
- (ii) coerência e adequação teórico-metodológicas;
- (iii) respeito às especificidades do manual do professor;
- (iv) estrutura editorial e aspectos gráficos-editoriais adequados aos fins a que se propõem as obras;
- (v) observância aos preceitos éticos, legais e jurídicos (Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 10.639/2003, Diretrizes Nacionais do Ensino Fundamental, Resoluções e Pareceres do Conselho Nacional de Educação, em especial, o Parecer CEB nº15/2000, de 04/07/2000, o Parecer CNE/CP nº 003/2004, de 10/03/2004;
- (vi) Estrutura editorial e aspectos gráfico-editoriais.

A não-observância de qualquer um desses critérios, por parte de um livro resultará em uma proposta contrária aos objetivos a que ele deveria servir, o que justificará, *ipso facto*, sua *exclusão* do PNL D.

Tendo em vista preservar a unidade e a articulação didático-pedagógica entre os volumes que integram uma coleção, será excluída toda a coleção que tiver um ou mais volumes excluídos no presente processo de avaliação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- **Correção dos conceitos e informações básicas**

Respeitando as conquistas científicas das áreas de conhecimento, uma obra didática não poderá, sob pena de descumprir seus objetivos didático-pedagógicos:

- (i) apresentar de modo errado conceitos, imagens e informações fundamentais das disciplinas científicas em que se baseia;
- (ii) utilizar de modo errado esses conceitos e informações em exercícios, atividades ou imagens, induzindo o aluno a uma equivocada apreensão de conceitos, noções ou procedimentos.

- **Coerência e adequação teórico-metodológicas**

Por mais diversificadas que sejam as concepções e práticas de ensino e aprendizagem, propiciar ao aluno a apropriação do conhecimento implica escolher uma opção de abordagem, ser coerente em relação a ela e, ao mesmo tempo, contribuir satisfatoriamente para a consecução dos objetivos, quer da educação escolar, quer da disciplina e do nível de ensino em questão. Para isso, considera-se fundamental que as obras avaliadas:

- (i) explicitem a fundamentação teórico-metodológica em que se baseia;
- (ii) apresentem coerência entre a fundamentação teórico-metodológica explicitada e aquela de fato concretizada pela proposta pedagógica; no caso de o livro didático recorrer a mais de um modelo teórico-metodológico, deve indicar claramente a articulação entre estes;
- (iii) apresentem articulação pedagógica entre os diferentes volumes que integram uma coleção didática;
- (iv) contribuam para:
 - o desenvolvimento de capacidades básicas do pensamento autônomo e crítico (como a compreensão, a memorização, a análise, a classificação, a síntese, a formulação de hipóteses, o planejamento, a argumentação, a generalização e a crítica), adequadas ao aprendizado de diferentes objetos de conhecimento;
 - a percepção das relações entre o conhecimento e suas funções na sociedade e na vida prática.

- **Respeito às especificidades do manual do professor**

Para orientação básica sobre o uso do livro do aluno, bem como para contribuir com a formação continuada do docente, o manual do professor deverá contemplar os elementos que caracterizam esse tipo de impresso, por meio da exposição e discussão sobre:

- (i) os saberes esperados na formação do professor;
- (ii) a relação disciplina de referência (científica) e disciplina escolar;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- (iii) os principais documentos públicos nacionais que orientam o ensino dos componentes curriculares para o ensino fundamental;
- (iv) as concepções de aprendizagem e, principalmente, sobre a concepção que orienta a obra didática;
- (v) as estratégias e recursos de ensino;
- (vi) formas de avaliação;
- (vii) a produção, escolha e usos do livro didático.

É fundamental, também que o manual do professor

- 1 apresente orientações ao professor e explicita os pressupostos teórico-metodológicos, os quais, por sua vez, deverão ser coerentes com a apresentação dos conteúdos e com as atividades propostas no livro do aluno. Entende-se que o professor é o mediador entre o aluno e os componentes curriculares, portanto, o manual a ele destinado deve ser um instrumento que propicie ao professor uma reflexão aprofundada sobre a opção teórico-metodológica ali presente, bem como sugira, oriente, proponha atividades a serem escolhidas e informe sobre metodologias;
- 2 seja substancialmente constituído e acrescido por textos, atividades, propostas, em relação ao livro do aluno, configurando-se, de fato, como um repositório importante de idéias a serem apropriadas pelos professores de acordo com a realidade da escola e outros referenciais que o norteiam.

- **Observância aos preceitos legais e jurídicos no que diz respeito aos princípios éticos e de cidadania**

Em respeito à Constituição do Brasil e para contribuir efetivamente para a construção da ética necessária ao convívio social e à cidadania, as obras não poderão:

- (i) veicular preconceitos de condição econômico-social, étnico-racial, gênero, linguagem e qualquer outra forma de discriminação;
- (ii) fazer doutrinação religiosa ou política, desrespeitando o caráter laico e autônomo do ensino público;
- (iii) utilizar o material escolar como veículo de publicidade e difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais.

- **Estrutura editorial e aspectos gráfico-editoriais adequados aos fins a que se propõem as obras**

Quanto à **estrutura editorial e aos aspectos gráfico-editoriais**, além de seguir as orientações contidas no Anexo I, item 2, é necessário que:

1. o desenho e tamanho da letra, o espaço entre letras, palavras e linhas, bem como o formato e as dimensões e a disposição dos textos na página atendam a critérios de legibilidade e também ao nível de escolaridade a que o livro se destina;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

2. o texto principal esteja impresso em preto e que títulos e subtítulos apresentem-se numa estrutura hierarquizada, evidenciada por recursos gráficos;
3. os textos complementares não prejudiquem a identificação, o fluxo da leitura e o entendimento do texto principal;
4. a impressão não prejudique a legibilidade no verso da página.
5. é desejável que textos mais longos sejam apresentados de forma a não desencorajar a leitura, lançando-se mão de recursos de descanso visual;
6. o projeto gráfico integre, harmonicamente, texto principal, ilustrações, textos complementares e as várias intervenções gráficas que conduzem o leitor para dentro e para fora do texto principal visando à compreensão, aplicação e à avaliação da aprendizagem;
7. as ilustrações explorem ao máximo as várias funções que as imagens podem exercer no processo educativo, e não somente o papel estético ou reforçador do texto principal;
8. as ilustrações reproduzam adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país, não expressando, induzindo ou reforçando preconceitos e estereótipos;
9. as ilustrações sejam adequadas à finalidade para as quais foram elaboradas e, dependendo do objetivo, sejam claras, precisas, de fácil compreensão, podendo, no entanto, também intrigar, problematizar, convidar a pensar, despertar a curiosidade, motivar, facilitar e até substituir a verbalização, comprovar, explicar, informar, e contribuir para o equilíbrio estético da página
9. as ilustrações de caráter científico indiquem a proporção dos objetos ou seres representados; que os mapas tragam legenda dentro das convenções cartográficas, indiquem orientação e escala e apresentem limites definidos;
10. todas as ilustrações estejam acompanhadas dos respectivos créditos e locais de custódia, assim como os gráficos e tabelas contenham os títulos, fonte e datas;
11. o livro recorra a diferentes gêneros textuais para uso nas mais variadas situações de ensino –aprendizagem;
12. a parte pós-textual contenha referências bibliográficas, indicação de leituras complementares e glossário. É fundamental que esse glossário não contenha erros conceituais ou contradições com a parte textual e
13. o sumário reflita a organização interna da obra e permita a rápida localização das informações.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

CRITÉRIOS ESPECÍFICOS POR ÁREA

ÁREA: HISTÓRIA

PRINCÍPIOS GERAIS

O objetivo central da história é o desenvolvimento do pensamento histórico, ou seja, a compreensão dos diferentes processos e sujeitos históricos, das relações que se estabelecem entre os grupos humanos, nos diferentes tempos e espaços, sempre a partir de uma efetiva dimensão de contemporaneidade. A história é um processo de compreensão humana das diferentes e múltiplas possibilidades existentes na sociedade, a partir da experiência do presente. O livro de história, portanto, deve possibilitar ao aluno a compreensão significativa da realidade, que é condição para o desenvolvimento e a formação da cidadania.

O ensino de qualidade supõe práticas educativas adequadas às necessidades sociais e culturais da sociedade brasileira, que levem em consideração os interesses e motivações dos alunos e garantam aprendizagens essenciais para a formação da autonomia, da crítica e da participação; deve, também, colaborar para o desenvolvimento de capacidades que auxiliem o aluno a atuar na sociedade em que vive com competência, dignidade e responsabilidade.

O livro didático do aluno, como um dos instrumentos utilizados na prática escolar, não pode ser a exposição fria e mecânica de conhecimentos adquiridos e transmitidos. Tendo por objetivo dar a conhecer e problematizar a experiência dos homens no tempo, em sociedade, e empreender a compreensão significativa da realidade social, a história pode ser um elemento de tomada de consciência para as pessoas que a ela se achegam. Assim, o texto deve ser capaz de envolver o aluno, considerado como sujeito que tem consciência de estar, a seu modo, fazendo história.

A obra didática de história (livro didático do aluno e manual do professor), por sua vez, é um artefato de papel e tinta para uso em situação didática, que veicula textos escritos e imagéticos auxiliando os alunos e docentes na construção de representações sobre a experiência humana no tempo.

Compreende-se, portanto, que o livro do aluno e o manual do professor são materiais diferenciados, mas complementares nas atividades escolares.

O livro do aluno deve conter, conforme opção teórico-metodológica do autor, os conteúdos, textos complementares, atividades e ilustrações que melhor expressem essa opção. Deve ser claro quanto à progressão e à complexização dos estudos e quanto aos conhecimentos selecionados para cada volume.

A adequação do livro didático aos objetivos do Ensino Fundamental supõe um complexo mecanismo de articulação entre, de um lado, os saberes socialmente construídos no processo do conhecimento científico e, de outro, os conteúdos e objetivos do ensino e da aprendizagem escolar. Os conhecimentos advindos da pesquisa dos especialistas não se opõem aos conteúdos que fazem parte do currículo escolar. Estes conteúdos, por sua vez,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

são uma parcela significativa do saber escolar, que é construído no e para o espaço da escola. A experiência e as representações de mundo e de história que são elaboradas pelos alunos e professores possibilitam uma re-elaboração contínua e criativa do conhecimento que é produzido pelos historiadores.

No estágio de escolaridade em que o aluno se encontra no Ensino Fundamental, é importante que ele seja introduzido no desenvolvimento da observação atenta do mundo em que vive, identificando relações sociais que estão ao seu redor. A percepção das semelhanças, diferenças, permanências, transformações, que ocorrem na multiplicidade das vivências sociais no presente e no passado, é o ponto de partida para a construção significativa dos conceitos históricos básicos. As estratégias pedagógicas, presentes na elaboração do texto principal, nas atividades propostas, e no tratamento adequado das fontes de informação, estão ligadas de forma indissociável à elaboração e re-elaboração dos conceitos que são próprios e fundantes da área.

A conjugação desses fatores (objetivos do ensino fundamental, objetivos da história, e necessidade de adequação dos materiais didáticos) fornece base para o estabelecimento dos *critérios de avaliação que nortearão a análise dos livros didáticos de História* inscritos no PNLD/2010.

CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS

A partir dos princípios acima enunciados foram estabelecidos os critérios eliminatórios que serão ponto de referência na avaliação dos livros didáticos dos 3º ao 5º anos do Ensino Fundamental. Neste PNLD/2010, é imprescindível que as obras didáticas assegurem:

- (i) Desenvolvimento e correção dos conceitos e informações básicas;
- (ii) Coerência e adequação teórico-metodológicas;
- (iii) Respeito às especificidades do manual do professor;
- (iv) Preceitos éticos e de construção da cidadania
- (v) Projeto editorial e gráfico adequados à situações de ensino-aprendizagem

1. *Desenvolvimento e correção dos conceitos e das informações básicas*

Os erros conceituais mais comuns estão presentes naquilo que se convencionou chamar de:

Anacronismo, que consiste em atribuir aos agentes históricos do passado razões ou sentimentos gerados no presente, interpretando-se, assim, a História em função de critérios inadequados, como se os atuais fossem válidos para todas as épocas. Trata-se, com efeito, de distorção grave, que compromete totalmente a compreensão do processo histórico.

Voluntarismo, que consiste em aplicar a documentos e textos uma teoria *a priori*, em função do que se quer demonstrar. Desta forma, a narrativa dos fatos passados, ou presentes, é utilizada apenas para confirmar as explicações já existentes na mente do autor, que parte de convicções estabelecidas por motivos ideológicos, religiosos ou



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

pseudocientíficos. Pode, ainda, originar-se da tentativa da aplicação de teorias explicativas, tomadas acriticamente.

Nominalismo, quando a análise proposta abstrai-se de realidades vividas pelos sujeitos históricos, em proveito da mera descrição de quadros jurídicos, regulamentares ou institucionais. Ao invés de dar prioridade às relações sociais dos agentes históricos, que efetivamente são os autores da História, atribui-se vida e vontade à instituições ou categorias de análise.

A constatação da presença de *erros de informação* ou de *informações desatualizadas* também é motivo de exclusão da obra, pois não é possível permitir que sejam transmitidos aos alunos conteúdos inadequados ao processo de aquisição de conhecimentos escolares.

A obra didática não poderá incorporar *estereótipos* como a identificação exclusiva da história a alguns *heróis* ou a utilização de *caricaturas*, de períodos ou de personagens, nem a restrição à memória individual ou de grupos, práticas extremamente nocivas ao ensino de história. Também não pode reduzir a história à identificação exclusiva a *datas e fatos, embora referenciais temporais e espaciais sejam fundamentais para que o aluno se localize em relação a sua e as outras sociedades*.

É imperioso que a obra didática evite *simplificações explicativas*, seja de cunho valorativo, processual, comparativo, ou teórico conceitual. Em vista da própria historicidade do conhecimento, e da sua constante atualização, não é permitida a identificação da história narrada a uma verdade absoluta ou a um relativismo extremo, fazendo com que o aluno desvalorize a construção dos conhecimentos – inclusive o científico, equiparando a verdade do saber a uma verdade pessoal.

Trata-se de um direito de todos ter acesso ao conjunto de conhecimentos que foram socialmente elaborados com os esforços dos historiadores e dos cientistas sociais. Esses conhecimentos não podem ser apresentados de maneira errônea ou distorcida na obra didática. A presença de *conceitos usados erroneamente* leva à exclusão da coleção.

Nesse nível de Ensino Fundamental, o livro didático do aluno deve contribuir para o desenvolvimento dos conceitos de: história, tempo, espaço, sujeito histórico, fonte histórica, evidência, causa, fato, acontecimento, interpretação, memória, patrimônio, preservação, identidade, cultura, natureza, sociedade, relações sociais, poder e trabalho.

Os *conceitos históricos* só são compreensíveis plenamente na sua historicidade: devem ser construídos, portanto, atendendo a esta característica.

A partir destes conceitos, o livro didático do aluno deve possibilitar o trabalho com as noções de: ordenação, seqüência, simultaneidade, semelhança, diferença, diversidade, unicidade, ritmos de tempo, continuidade, mudança, contradição.

Atualização historiográfica e pedagógica. Nas últimas décadas, o conhecimento histórico vem ampliando consideravelmente seus horizontes, seja em aspectos teórico-



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

metodológicos, seja na descoberta de novos objetos e na proposta de novas interpretações. Assim, torna-se necessário incorporar na elaboração de obras didáticas, de modo efetivo e não apenas na intenção inicial ou na introdução da obra, pelo menos aquela parte da renovação historiográfica que já se tornou consolidada e que é do consenso de parte significativa dos estudiosos da história de forma condizente com o desenvolvimento etário dos alunos.

A análise histórica que *parte de um problema ou conjunto de problemas* firma-se na convicção de que a problematização do passado e do presente constitui o ponto inicial para a construção de uma história crítica. A avaliação deverá estar atenta, também, para perceber se os problemas levantados *relacionam-se com a realidade mais próxima do aluno e se estão adequados a sua capacidade cognitiva*.

A apresentação de fontes históricas e a efetiva discussão sobre o seu papel na construção do conhecimento histórico são imprescindíveis no processo de iniciação do aluno na metodologia da história. Esses procedimentos marcam a especificidade da história diante dos demais saberes, informam sobre a produção dos fatos e interpretações e sobre as garantias da objetividade histórica possível no pensamento científico atual.

2. Coerência e adequação metodológicas

Apesar do reconhecimento da diversidade das opções teórico-metodológicas, e do respeito à opção adotada pelos autores, exige-se que a intensa produção de conhecimento nas áreas da história e da pedagogia, empreendida pelas pesquisas dos últimos vinte anos, seja conhecida e considerada como ponto de reflexão e discussão no processo de elaboração das obras didáticas.

Estar atento à produção do conhecimento da área com a qual trabalha e as suas inter-relações com os demais campos científicos é uma exigência premente aos autores de obras didáticas, tendo em vista ser este um instrumento fundamental no processo de escolarização da grande maioria das crianças brasileiras.

A opção teórica mais global (como as concepções de sociedade, de mundo, de história), porém, não será um indicador de critério na análise das obras didáticas. O respeito às opções teóricas dos autores, como de resto de qualquer interlocutor, é um princípio respeitado. O que caracteriza, de fato, um bom livro didático de História é sua *coerência e adequação teórico-metodológicas*.

Os pressupostos teórico-metodológicos, seja em relação à história seja em relação ao ensino/aprendizagem, embasam e orientam o trabalho com a história e com as práticas de ensino. Ensina-se história, como se produz o conhecimento histórico, portanto compreender como o profissional de história constrói o conhecimento histórico é condição para que o educando perceba esse conhecimento como parte da elaboração de saberes da sociedade e não o vincule a uma naturalização do passado considerando que aquela visão é a única possível. Conseqüentemente, esse princípio deve estar presente, e de forma explícita, na elaboração da obra didática.

No manual do professor é fundamental a *explicitação da opção teórico-metodológica*, pois



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

manifesta a consciência didático-científica do autor e o grau de assimilação a respeito da relevância e do lugar da metodologia no trabalho com a história e seu ensino. A coesão do texto, dos exercícios e das atividades, e a referência objetiva e constante aos pressupostos metodológicos assumidos são fundamentais no manual do professor e auxiliam o docente na sua utilização.

Por mais diversificadas que sejam as concepções e práticas de ensino e aprendizagem, propiciar ao aluno a apropriação do conhecimento implica optar por uma abordagem e ser coerente em relação a ela e, ao mesmo tempo, contribuir satisfatoriamente para a consecução dos objetivos, quer da área do conhecimento e da disciplina escolar, quer do nível de ensino em questão.

Ponto central da análise é a capacidade que a obra didática tem de propor trabalho adequado no plano metodológico, isto é, a forma como os conteúdos são desenvolvidos e como as estratégias pedagógicas são concebidas e aplicadas. É importante que o autor da obra explicita suas propostas metodológicas e, principalmente, que seja coerente com elas. Não é suficiente enunciar proposições metodológicas sofisticadas e, no decorrer da exposição, continuar com as fórmulas clássicas de descrever os processos históricos e listar atividades pouco criativas e pouco instigantes para a consecução dos objetivos educacionais, em síntese, não é permitido anunciar um método e praticar outro.

As questões metodológicas fundamentais são as que se elencam a seguir:

- *Coerência e adequação teórico-metodológicas.* É imprescindível que, além de explicitados, os objetivos da obra sejam compatíveis e coerentes com os objetivos gerais do ensino fundamental e do ensino de história. É, igualmente, fundamental a coerência entre, de um lado, a exposição dos conteúdos selecionados juntamente com as estratégias metodológicas adotadas e, por outro, o desenvolvimento da proposta do autor no livro didático do aluno. A falta de coerência entre os objetivos gerais do ensino de história propostos pelo autor, e os conteúdos e metodologias desenvolvidos na coleção, será motivo de exclusão da coleção em análise.

- *A articulação pedagógica* entre os conteúdos e estratégias pedagógicas de cada volume, assim como a articulação dos diferentes volumes que integram a coleção didática e desta com as orientações contidas no manual do professor é essencial para o cumprimento dos objetivos propostos para o ensino de história. A ausência dessas articulações é, igualmente, motivo de exclusão. Além disso, é fundamental que a progressão e a complexização desses conteúdos e atividades sejam visíveis.

- *As estratégias teórico-metodológicas*, seja em relação às práticas do conhecimento histórico, seja em relação ao ensino e a aprendizagem, que contribuam para o desenvolvimento de competências e habilidades do pensamento autônomo e crítico (como a compreensão, a memorização, a análise, a síntese, a formulação de hipóteses adequadas ao aprendizado de diferentes objetos de conhecimento) devem estar explícitas. A ausência dessas estratégias compromete substancialmente a obra didática. As principais estratégias metodológicas são as seguintes:

- Mecanismos metodológicos apropriados para que se atinja o conhecimento em



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

níveis cada vez mais amplos de abstração e generalização, e se estabeleça a percepção das relações entre esse conhecimento e as funções que ele desempenha na sociedade, sejam elas relativas ao campo científico e ao aprendizado, sejam elas relativas à vida prática.

- A linguagem do livro deve ser flexibilizada e adequada à faixa etária a que se destina. O aprendizado da história está associado ao desenvolvimento da linguagem em geral e, em particular, de um vocabulário específico, relacionado ao domínio das noções e conceitos já referidos. No entanto, desenvolvimento da linguagem e aperfeiçoamento da língua para os alunos não são atividades que podem ser viabilizadas com o uso da gíria ou das formas de comunicação escrita via *Internet*, sobretudo a linguagem abreviada, plena de sufixações indevidas e truncamentos. Essas práticas devem permanecer distantes da obra didática.
- As *atividades* devem não apenas auxiliar na realização dos objetivos, mas também estar plenamente integradas aos conteúdos, possibilitando o desenvolvimento de diferentes capacidades, estimulando a observação, a investigação, a análise, a síntese, a criatividade, a comparação, a interpretação e a avaliação. As do livro didático do aluno devem ser o menor número possível, restritas apenas as que o autor considere fundamentais e que estimulem o estudo pelo educando de forma autônoma e deixando para o manual do professor todas as que – com caráter de sugestões – valorizem o papel do professor como elaborador do programa a ser desenvolvido em sala e como mediador entre o aluno e o conhecimento.

3. Respeito às especificidades do manual do professor

O *manual do professor* é um artefato veiculador de textos escritos e imagéticos sobre a experiência humana no tempo. No entanto, longe de ser uma repetição comentada da vulgata histórica que se quer veicular no livro didático, o manual do professor apresenta-se como um conjunto de orientações sobre o ofício do professor de história, ou seja, informa sobre a idéia de aprendizagem histórica do professor (como os professores lêem a realidade, como compreendem o passado, como concebem a ciência da história e o ensino de história), da natureza do conhecimento histórico professado no livro didático do aluno (definições, finalidades, conceitos fundamentais e princípios de investigação da ciência da história), das principais orientações das políticas públicas para o ensino de história (relevância desse componente curricular sugerido pela LDBN, PCN e descritores de competências do SAEB), de como os alunos compreendem o passado, dos conceitos fundamentais (conteúdos) a serem trabalhados, das estratégias e recursos didáticos necessários para a construção dos conceitos em história.

O manual do professor é um instrumento importante no esclarecimento das propostas do livro didático do aluno. Por isso:

- Deve ser elaborado, preferencialmente pelo autor do livro, ou, pelo menos, com a sua colaboração.
- Deverá conter orientações que explicitem os pressupostos teóricos, mantendo a coerência entre estes pressupostos e a apresentação dos conteúdos no livro didático do



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

aluno e as atividades propostas.

- Deve estar clara a opção teórica e metodológica do autor e a organização dada ao conhecimento histórico (história temática, integrada, intercalada ou outra).
- Deve fornecer bibliografia diversificada e outros recursos que contribuam para a formação do professor.
- Deve trazer orientação visando à articulação dos conteúdos da coleção entre si e com outras áreas de conhecimento.
- Deve apresentar potencialidades do livro didático do aluno, variedades de caminhos que podem ser seguidos a partir dos recursos nele apresentados.
- Deve trazer informações complementares às legendas das imagens constantes no livro didático do aluno, incentivando o professor a iniciar seus trabalhos – como mais uma opção – pelo debate (descrição, interpretação e análise) destas.
- É desejável que o manual estimule o professor a compreender a leitura como parte constitutiva das condições de trabalho docente.
- Deve incentivar o professor a olhar o seu local de atuação (cidade, bairro, sítio) como fonte histórica e como recurso e material didático através do estudo de meio (visitas de estudo a museus, arquivos, centros culturais, memoriais) bem como a percepção e compreensão do espaço construído e vivido pelos cidadãos como praças, meio-ambiente, paisagens, além de toda cultura material aí envolvida (jornais, roupas, objetos etc.).
- Deve conter proposta e discussão sobre avaliação da aprendizagem, não só citando formas, mas explicitando as que são condizentes com a proposta do livro, apresentando, portanto, sugestões de atividades a ser escolhidas pelo professor de acordo com a realidade da comunidade escolar.
- Deve incentivar a outras leituras que possam ser feitas tanto pelos alunos quanto pelos professores. Sem limitar-se aos títulos existentes nos acervos do Programa Nacional de Biblioteca na Escola – PNBE, deve propor leituras, atividades, utilizando também os acervos desse Programa.
- *Os Textos complementares* presentes na obra didática devem atender à *pluralidade* das fontes e aos mais diferentes autores, assim como à diversidade do elenco das habilidades, estimulando o debate de problemas e a produção de textos, com níveis crescentes de complexidade.

4. Preceitos éticos e de construção da cidadania

A obra didática faz parte do processo educativo. É um dos instrumentos de que o professor dispõe para seu trabalho didático-pedagógico. Ele deve contribuir, portanto, para o desenvolvimento da ética necessária ao convívio social e à construção da cidadania. Isso significa:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- não veicular, nos textos e nas ilustrações, *preconceitos* que levem a *discriminações* de qualquer tipo (origem social e/ou local, etnia, gênero, religião, idade ou quaisquer outras formas de discriminação);
- não ser instrumento de *propaganda ou doutrinação religiosa e ou político-partidária*;
- despertar para a historicidade das experiências sociais, trabalhando conceitos, habilidades e atitudes, na construção da cidadania;
- estimular o *convívio social e o reconhecimento da diferença*, abordando a diversidade da experiência humana e a pluralidade social, com respeito e interesse;
- desenvolver a *autonomia* de pensamento, o raciocínio crítico e a capacidade de argumentar.

Na área de história, esses preceitos éticos, contudo, só têm sentido se forem tratados historicamente, visto que, desistoricizados podem se revestir, apenas, de ensinamentos morais e cívicos que não condizem com os objetivos do ensino nem com a produção do conhecimento histórico.

5. Projeto editorial e gráfico adequados à situação de ensino-aprendizagem

As *imagens e os recursos visuais* devem fazer parte dos objetivos do texto, constituindo-se não apenas em ilustrações dos mesmos textos, mas sim em recursos intrínsecos à problematização e à compreensão dos conteúdos históricos. Assim, as ilustrações, para auxiliar na leitura e na compreensão dos textos escritos, precisam estar adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas, ser claras, precisas e de fácil compreensão. As legendas devem possibilitar, efetivamente, a localização da ilustração no tempo e espaço (época em que foi produzida, autoria, créditos e sua natureza). Podem também intrigar, problematizar, convidar a pensar, despertar a curiosidade.

- Quanto à *estrutura editorial*, o texto principal deve estar impresso em preto, não apresentar erros de impressão e de revisão, estar estruturado hierarquicamente, com títulos e subtítulos. O sumário deve permitir a rápida localização das informações.

- Na utilização de *recursos visuais*, é importante que o livro busque unidade visual em relação à forma de organização, ritmo e continuidade; que a *relação entre layout e conteúdo* seja compreensível, visando à motivação e integração; que a formatação proporcione boa legibilidade ao texto, estando adequada à escolaridade a que se destina o livro; que, quando os textos forem longos, haja recursos de descanso visual.

- Nos *mapas*, as legendas devem respeitar as convenções cartográficas. Devem ser atualizados, corresponder às especificidades dos conteúdos que acompanham e aparecerem imediatamente antes ou depois dos conteúdos, para que possam ser utilizados efetivamente como mais um elemento didático do texto. Também devem ser dimensionados de forma a possibilitar a sua visibilidade e identificação e, ainda, não serem usados, especificamente, como recurso de ocupação do espaço ocioso nas páginas do livro.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Nos *gráficos e tabelas*, devem constar títulos, fontes e datas. As ilustrações devem estar acompanhadas dos respectivos créditos.

LIVROS REGIONAIS:

- Os livros, assim denominados, regionais são impressos que registram a experiência de grupos que se identificam por fronteiras espaciais e sócio-culturais, seja na dimensão de uma cidade, um estado ou uma região do Brasil e que são utilizados em situação didática no ensino de história. A produção de tais livros deve respeitar os mesmos critérios acima relacionados e, também, não pode em nenhuma hipótese incorrer nos seguintes equívocos:

- Deixar de explicitar os conceitos de local e/ou região empregado na obra;
- Interpretar a realidade regional de forma estereotipada, classificando identidades locais como superiores ou inferiores, veiculando regionalismos xenófobos, estimulando o conflito entre formações sociais que tiveram trajetórias marcadamente diferenciadas;
- Abordar a experiência regional isoladamente, sem levar em conta as suas inter-relações com processos históricos em macro-escala, na longa duração, ocorridos para além das fronteiras regionais;
- Abordar a experiência local, apenas, como repetição abreviada de processos históricos em macro-escala, ocorridos para além das fronteiras regionais;
- Abordar a experiência local, apenas, em seus traços pitorescos e anedóticos, assemelhando o livro didático a um roteiro para a visitação turística.

Além de evitar os equívocos anunciados acima, o manual do professor deve conter:

- justificativa sobre o valor do ensino de história local/regional para a formação das crianças e adolescentes;
- informação sobre a metodologia de ensino de história local/regional;
- sugestões teóricas para auxiliar ao professor no seu trabalho de estabelecer relações entre o particular e o geral, o próximo e o distante, a experiência local e a experiência nacional/global;
- informações sobre a existência e sugestões para a utilização dos lugares de memória dos repositórios de fontes sobre a experiência local/regional.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ÁREA: MATEMÁTICA

INTRODUÇÃO

A avaliação dos livros didáticos de Matemática será feita de acordo com os critérios gerais, válidos para todas as áreas do conhecimento, apresentados neste Edital. Eles serão complementados pelas considerações específicas da área de Matemática, para tornar mais clara a aplicação dos critérios durante o processo de avaliação.

O Ensino Fundamental obrigatório de 9 anos traz alterações para o Programa Nacional do Livro Didático. A criança vai entrar na escola pública aos 6 anos de idade e é sabido que a interação com o meio social propicia o desenvolvimento de noções, competências e habilidades relativas a várias áreas do conhecimento, em particular da Matemática. Trata-se, então, de incentivá-la a utilizar tais conhecimentos para resolver situações que apresentem significado para ela, auxiliar no desenvolvimento de habilidades e competências que facilitem a construção de saberes mais elaborados. A escola deve preparar o aluno para utilizar a Matemática de maneira viva no seu dia-a-dia e deve propiciar, progressivamente, expansão desse uso para contextos sociais mais amplos e para outras áreas do conhecimento. Convém não esquecer, ainda, o papel que o ensino da Matemática pode desempenhar na formação estética das crianças.

Os alunos do ensino fundamental criam estratégias próprias para resolver problemas, calcadas em raciocínios, envolvendo o cálculo mental, o estabelecimento de relações, inferências e argumentações. A escola, contudo, tem desenvolvido, quase sempre, um ensino que desconsidera a aprendizagem natural da criança, enfatizando a reprodução de conhecimento e o acúmulo de informações. É recomendável que, no ensino da sistematização característica da Matemática, considere-se que os conceitos e procedimentos, mesmo os mais complexos, têm seu desenvolvimento iniciado intuitivamente desde os primeiros anos de vida, conforme demonstram as pesquisas em Educação Matemática.

Os educadores, muito freqüentemente, apontam aspectos pedagogicamente relevantes nas experiências lúdicas na sala de aula de Matemática. Em primeiro lugar, menciona-se a necessidade de desenvolver essa dimensão da experiência humana, importante para o desenvolvimento integral do aluno. Os jogos, disponíveis em enorme variedade, são, ao lado disso, um elemento que favorece a inserção do aluno em sua cultura e auxilia a interação entre as crianças. Em segundo lugar, argumenta-se que atividades matemáticas importantes estão presentes quando se participa de muitos dos jogos. Também é mencionado que o trabalho pedagógico com jogos pode ser feito em sintonia com a metodologia de resolução de problema, que tem sido preconizada como essencial para o ensino-aprendizagem da Matemática.

OBJETIVOS GERAIS DO ENSINO DE MATEMÁTICA

Passa-se, agora, a examinar a posição da Matemática perante as exigências de uma sociedade em que a criança se movimenta em um ambiente cada vez mais complexo, e



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

que lhe exige não só conhecimentos específicos, mas, principalmente, maneiras de organizar o pensamento, de saber lidar com dados quantitativos, interpretando-os, avaliando-os e tomando decisões. É fundamental, além disso, desenvolver a capacidade de resolver problemas, de trabalhar em grupo, de expor idéias por escrito ou oralmente.

Neste contexto, o ensino da Matemática nos anos iniciais do Ensino Fundamental deve levar a criança a:

- usar com autonomia o raciocínio matemático, para a compreensão do mundo que nos cerca;
- interpretar matematicamente situações do dia-a-dia ou o relacionamento com outras ciências;
- pensar, refletir e abstrair com base em situações concretas, generalizar, organizar e representar;
- planejar ações e projetar soluções para problemas novos, que exigem iniciativa na criação de modelos;
- resolver problemas, criando estratégias próprias para sua resolução, desenvolvendo a imaginação e a criatividade;
- comunicar-se por meio das diversas formas de linguagem da Matemática, desenvolvendo a capacidade de argumentação;
- estabelecer conexões entre os campos da matemática e entre essas e outros campos do saber;
- avaliar se resultados obtidos na solução de situações-problema são ou não razoáveis;
- utilizar as novas tecnologias da informação e da comunicação.

Esta lista de objetivos do ensino de Matemática representa uma mudança de enfoque: a simples preocupação com o que ensinar é mudada para se levar em conta, também, o processo de ensino-aprendizagem e o significado do que se ensina nas práticas sociais atuais.

O exame de um livro principia pela comparação dos objetivos implícitos ou explícitos da obra com os objetivos gerais do ensino da Matemática para essa faixa de escolaridade, como apresentados neste documento. Uma vez verificada, de modo satisfatório, a coerência entre os objetivos da obra e os objetivos gerais do ensino, torna-se necessário avaliar se os conteúdos priorizados e as alternativas metodológicas adotadas são coerentes com a proposta do autor.

Nesse contexto, apresentam-se os seguintes critérios para a avaliação das coleções dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com nos quais será elaborada a ficha de avaliação.

CRITÉRIOS PARA A AVALIAÇÃO DAS COLEÇÕES DE MATEMÁTICA

Para efeito de aplicação dos critérios a seguir mencionados, deve ser considerado todo o conteúdo da obra didática – livro do aluno e manual do professor – inclusive o glossário, quando houver.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Correção dos conceitos e informações básicas

A construção de conceitos errados nos anos iniciais do Ensino Fundamental poderá ter efeitos danosos para todo o aprendizado futuro e para a utilização da Matemática pelo aluno.

Além dos erros explícitos, devem ser evitadas as induções ao erro e as contradições internas. Ainda que seja didaticamente indicada uma abordagem menos formal, intuitiva, no ensino inicial de conceitos abstratos, são injustificáveis conceituações confusas, que possam conduzir a idéias equivocadas ou capazes de gerar dificuldades na aprendizagem posterior dos conceitos. Exemplos dessas falhas conceituais são:

- as tentativas de definição de elementos primitivos da geometria, tais como ponto, reta e plano;
- a conceituação parcial de perímetro como a soma dos lados de uma figura, o que exclui as figuras que não possuem lados;
- a confusão entre as grandezas comprimento, área e volume e os entes geométricos a que estão associadas;
- a confusão entre um sólido e sua representação em perspectiva, em particular quando estão envolvidas medidas de grandezas nos sólidos ou a noção de simetria;
- o tratamento da porcentagem como um número e não como uma razão entre dois números;
- erros no uso de recursos didáticos (quadro-valor-de-lugar, ábaco, material dourado) para representação de números no sistema de numeração decimal.

É inegável a importância de se incluírem nesta fase de escolaridade as primeiras idéias nas áreas de estatística, combinatória e probabilidade. No entanto, a apresentação dos conceitos básicos desses campos – possibilidade, chance, probabilidade, entre outros – contém, por vezes, erros ou indução ao erro.

Como observação final, menciona-se o equívoco que ocorre em atividades nas quais se pede para completar seqüências, com base no conhecimento de padrões observados em alguns de seus termos. Tais atividades podem ser instrutivas, mas não se deve induzir o aluno a pensar que tais questões admitem apenas uma solução.

Adequação didático-metodológica das coleções de Matemática

O livro didático de Matemática, enquanto instrumento de trabalho do professor e de uso pelo aluno, é adequado na medida em que se constitui um elemento de contribuição para a aquisição, pelo aluno, de um saber matemático autônomo e significativo.

A operacionalização desse processo sugere a consideração de alguns princípios gerais,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

norteadores de opções metodológicas que favoreçam, no livro didático, o processo de conquista, pelo aluno, de níveis gradativamente maiores e mais complexos de autonomia no pensar.

Nesta linha de reflexão, considera-se importante que, o livro didático seja um instrumento que contribua para:

- concretizar uma escolha pertinente dos conteúdos e uma maneira adequada de sua apresentação;
- estimular a identificação e a manifestação do conhecimento que o aluno detém;
- introduzir o conhecimento novo sem se esquecer de estabelecer relações com o que o aluno já sabe;
- favorecer a mobilização de múltiplas habilidades do aluno, mas se cuide da progressão inerente a esse processo;
- estimular o desenvolvimento de competências mais complexas tais como análise, síntese, construção de estratégias de resolução de problemas, generalização, entre outras;
- favorecer a integração e a interpretação dos novos conhecimentos no conjunto sistematizado de saberes.

O desenvolvimento metodológico dos conteúdos requer estratégias que mobilizem e desenvolvam várias competências cognitivas básicas, como a observação, compreensão, argumentação, organização, comunicação de idéias matemáticas, planejamento, memorização, entre outras. Portanto, o livro didático que não estimule, de forma evidente, o desenvolvimento dessas competências não cumpre adequadamente o seu papel pedagógico.

Saber raciocinar matematicamente, calcular mentalmente, decodificar a linguagem matemática e expressar-se por meio dela, requer habilidades e competências que, não são aprendidas espontaneamente e precisam ser trabalhadas no Ensino Fundamental. Nesse sentido, qualquer que seja sua opção metodológica, o livro didático deve atender a dois requisitos:

- não privilegiar, entre as habilidades e competências que deve mobilizar e desenvolver, *uma única*, visto que raciocínio, cálculo mental, interpretação e expressão em Matemática envolvem necessariamente várias delas;
- ser coerente com os preceitos que afirma adotar. No caso de o livro didático recorrer a mais de um modelo metodológico, deve indicar claramente sua articulação.

Devido ao exposto acima, a presença de uma metodologia que se apresente desarticulada dos objetivos, que não contemple o desenvolvimento de competências cognitivas básicas, analisada em seu conjunto, é critério fundamental para decidir se uma coleção pode ou não ser recomendada para o PNLD.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Os progressos efetuados nas últimas décadas nos campos das teorias da aprendizagem e da psicologia cognitiva freqüentemente não têm sido levados em consideração na elaboração dos livros didáticos. Em muitos deles, é comum a apresentação de conceito, procedimento ou algoritmo, sem motivação prévia, seguido de exemplos resolvidos como modelo para sua aplicação em exercícios repetitivos. Estes livros, além de ignorarem a necessidade do desenvolvimento, por parte do aluno, de várias habilidades cognitivas, voltam-se primordialmente para a memorização de definições, procedimentos e algoritmos e para a resolução de exercícios rotineiros de fixação.

A ênfase, nestas diretrizes, sobre a necessidade de propiciar o desenvolvimento, pelo aluno, de múltiplas habilidades cognitivas não decorre de um modismo, mas sim do próprio objetivo do ensino, que é formar cidadãos capazes de atuar produtiva e conscientemente em uma sociedade cada vez mais complexa.

A escolha de conteúdos adequados à sociedade atual, que possam prover instrumentos eficazes para a resolução de problemas, deve ser valorizada e efetivamente trabalhada pelo livro didático.

No livro didático, para apresentação desses conteúdos de forma a ser propiciada uma aprendizagem significativa, devem ser dosados judiciosamente o uso de intuição, de fatos do dia-a-dia, o emprego de variados materiais instrucionais. A introdução progressiva da Matemática abstrata deve visar, por um lado, à aprendizagem futura e, por outro lado, deve procurar desenvolver a capacidade de raciocinar, de fazer abstrações a partir de situações concretas, de globalizar, organizar e representar.

A abordagem dessas competências deve levar em conta o aluno dessa faixa de escolaridade, sem subestimá-lo ou superestimá-lo. O texto subestima o aluno quando desconsidera a riqueza e variedade de experiências e interesses que ele traz para a escola. O aluno é também subestimado com a apresentação de situações, problemas e atividades que não exercitam sua imaginação e criatividade. O aluno é superestimado quando o texto o supõe já capaz de um raciocínio lógico-dedutivo plenamente desenvolvido, e apresenta a Matemática de um ponto de vista formal e sistematizado.

Além disso, o uso da Matemática torna relevante uma inter-relação de seus conteúdos, articulando os campos da aritmética, álgebra, grandezas e medidas, geometria, combinatória, estatística e probabilidade.

Mesmo com as mudanças que vêm ocorrendo nas obras apresentadas para avaliação pedagógica no âmbito do PNLD, muitas delas ainda não se adaptaram às novas propostas curriculares e às pesquisas e estudos recentes na área de Educação Matemática. Entre os pontos críticos que muitos livros didáticos ainda apresentam, podemos citar:

- dedicação excessiva da obra ao tratamento de números e operações em detrimento dos outros campos da Matemática;
- alternância excessiva de campos da Matemática, em algumas obras; em outras, ao contrário, apresentação de blocos concentrados e estanques;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- tratamento desarticulado de tópicos inter-relacionados, assim como excessiva repetição na retomada de conteúdos ao longo da obra;
- pouca articulação entre os quatro grandes blocos da matemática escolar elementar: aritmética, geometria, grandezas e medidas e tratamento da informação, principalmente, no que concerne ao uso da própria Matemática como contexto;
- insuficiente atenção à contextualização dos conteúdos matemáticos ou escolha de contextualizações artificiais para esses conteúdos ou, ainda, contextualizações com dados que não condizem com a realidade;
- insuficiente preocupação com conteúdos interdisciplinares;
- ensino das operações com números naturais e fracionários por meio de treinamento de técnicas operatórias, apresentadas rapidamente, sem preparação adequada e sem permitir que o aluno se convença, aos poucos, da vantagem dos algoritmos padronizados da matemática escolar;
- a falta de valorização de importantes competências de cálculo como a estimativa;
- o ensino de estratégias de cálculo mental sem a devida valorização de estratégias próprias do aluno;
- ênfase na fixação da nomenclatura das figuras geométrica e de seus elementos constitutivos, na abordagem da geometria, em detrimento de atividades de localização, de deslocamento e de representação do espaço;
- condução descuidada da sistematização na geometria;
- abordagem da simetria de forma isolada e pautada somente na exploração de contextos artísticos e de construções, deixando de aproveitar a sua importância no campo científico e matemático;
- tratamento da informação com foco na interpretação de gráficos e tabelas, em detrimento da coleta, classificação e organização de dados, e sem preocupação com os conceitos estatísticos envolvidos;
- incompatibilidade entre as informações veiculadas nos gráficos utilizados e o nível de desenvolvimento dos outros campos da matemática, por exemplo, solicitar a interpretação de gráfico com valores em milhões enquanto os alunos estão aprendendo os números até a ordem da dezena;
- abordagem das grandezas e medidas pautada no uso de unidades convencionais de medidas, sem dar ao aluno a oportunidade de construir a necessidade de unidades padronizadas;
- escassez de atividades que procurem desenvolver a apropriação da grandeza, por meio da comparação de grandezas de mesma espécie sem medição, assim como a familiaridade com as unidades de medidas, proporcionando a capacidade de estimar medidas;
- ausência de uma abordagem adequada na resolução de problemas;
- ausência de tópicos atuais, considerados importantes para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho, como o tratamento de dados.

1. Adequação da obra didática de Matemática ao novo Ensino Fundamental

O livro didático de Matemática tem se constituído em um elemento fortemente



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

determinante do saber escolar, no que se refere à seleção dos conteúdos, à re-elaboração e organização desses conteúdos para adequá-los ao ensino básico, à sua distribuição por anos ou ciclos, à ênfase dada a certos tópicos em detrimento de outros.

Neste edital, propõem-se mudanças fundamentais nos papéis atribuídos ao livro do aluno e ao manual do professor, como se explicita a seguir.

O livro didático tem assumido diversos papéis como mencionado anteriormente neste documento. Tem prevalecido no âmbito do ensino da Matemática, nos anos iniciais, a obra que traz, no livro do aluno, uma proposta completa para todas as aulas do respectivo ano escolar. Por um lado, isto permite que o professor recorra, essencialmente, apenas ao livro didático para conduzir o seu trabalho pedagógico. Por outro lado, tal escolha pode limitar a liberdade do professor na elaboração das escolhas didáticas adequadas à realidade de seu aluno. Além disso, esse modelo, muitas vezes, tem levado a produção de livros volumosos, com excessivo número de páginas, nem sempre utilizadas em sua totalidade, e de difícil manuseio por crianças da faixa etária a que se destinam. Um outro papel fundamental do livro didático é o de ser fonte de referência sobre o conhecimento matemático organizado, tanto para o aluno como para o professor. Para este último, a obra didática, em seu manual do professor, pode, ainda, representar uma fonte inestimável de conhecimento sobre as várias dimensões do processo de ensino-aprendizagem da Matemática.

O que se propõe neste edital é que a função de texto de referência do conhecimento matemático organizado, bem como o papel de apoio pedagógico, sejam cumpridos pelo manual do professor. O livro do aluno, em particular nos dois primeiros anos do Ensino Fundamental, deveria conter apenas propostas de atividades relativas aos vários conceitos e procedimentos matemáticos visados que sejam exemplares, ricas e estimulantes e sem a preocupação de abranger todos os aspectos desses conteúdos, nem todas as aulas do ano letivo. Isto daria liberdade ao professor para complementar seu trabalho, em especial, com atividades adequadas ao contexto e ao desenvolvimento da criança. Ao longo dos volumes da coleção didática, o papel de texto de referência deveria passar, de forma gradativa e bem dosada, para o livro do aluno.

Ao lado disso, é imprescindível que, no manual do professor, sejam explicitados, claramente, seus princípios teórico-metodológicos. É importante, também, que ele apresente, unidade por unidade, atividade por atividade:

- objetivos;
- discussão das escolhas didáticas pertinentes;
- antecipação dos possíveis caminhos de desenvolvimento do aluno e de suas dificuldades;
- indicações de modificações da atividade a fim de que o professor possa melhor adequar a atividade a sua realidade local. Um contexto de uma atividade, por exemplo, pode ser muito bom para crianças de grandes capitais, mas está fora do conhecimento prévio das crianças de zona rural;
- auxílio ao professor na sistematização dos conteúdos trabalhados;
- possíveis estratégias de resolução;
- indicações sobre a avaliação.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Em suma, pelo exposto, propõe-se uma mudança importante na obra didática desejável para o trabalho pedagógico anos iniciais do Ensino Básico, em particular nos dois primeiros anos. Mudança em que o manual do professor passa a assumir um papel mais efetivo de suporte teórico-metodológico para o professor e o livro do aluno deixa de ser o roteiro estrito das aulas a serem ministradas para se tornar um texto que se proponham ao aluno atividades destacadas pelo seu teor didático e por suas qualidades formativas.

Construção da cidadania

Contribuir para o desenvolvimento da ética necessária ao convívio social e à construção da cidadania, no livro didático de Matemática, significa:

- não veicular, nos textos e nas ilustrações, preconceitos que levem a discriminações de qualquer tipo;
- não fazer do livro didático um instrumento de propaganda e doutrinação religiosas;
- não utilizar o material escolar como veículo de publicidade e difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais;
- estimular o convívio social e a tolerância, abordando a diversidade da experiência humana com respeito e interesse;
- promover o desenvolvimento da autonomia de pensamento, do pensamento crítico e da capacidade de argumentar;
- utilizar conceitos e procedimentos matemáticos para promover a conscientização sobre problemas sociais.

É necessário também examinar como o livro didático trata dos papéis do homem e da mulher na família, no trabalho e na sociedade. O modelo de família encontrado em muitos deles, em que o pai é o provedor de recursos, a mãe a dona de casa, os avós figuras benévolas sempre à disposição dos netos e em que o papel das crianças é estudar e brincar, diverge fortemente da realidade familiar de grande parte dos alunos que utilizarão o livro. Igualmente foge à realidade da maioria dos usuários do livro didático do PNL D o modelo, às vezes predominante em algumas obras, em que um elevado padrão de vida vem expresso em altos salários ou na compra de bens ou serviços muito caros.

As representações gráficas, entre outras, da empregada doméstica como uma negra gorda; do vendeiro de feira como um português bigodudo; das crianças sempre louras e bem vestidas, a brincar em jardins ou estudando em ambientes amplos, bem organizados e apropriados; do oriental como uma figura exótica com chapéu cônico e olhos extremamente alongados; do índio esguio sempre a caçar ou a pescar; da natureza como um ambiente paradisíaco, com flores, árvores, pássaros e borboletas, se não podem ser caracterizadas como preconceito são estereótipos que devem ser evitados. Também são indesejáveis as veiculações de estereótipos relativos ao conhecimento matemático.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

LÍNGUA PORTUGUESA

PRINCÍPIOS GERAIS

Considerando-se as demandas de comunicação lingüística inerentes à vida em sociedade, assim como as recomendações expressas por diretrizes, orientações e parâmetros curriculares oficiais, o ensino de língua materna, nos cinco primeiros anos do novo ensino fundamental, deve organizar-se de forma a garantir ao aluno:

1. o desenvolvimento da linguagem oral e a apropriação e o desenvolvimento da linguagem escrita, especialmente no que diz respeito a demandas básicas oriundas seja de situações e instâncias públicas e formais de uso da língua, seja do próprio processo de ensino-aprendizagem escolar;
2. o pleno acesso ao mundo da escrita e, portanto,
 - o domínio da escrita alfabética e a proficiência em leitura e escrita, no que diz respeito a gêneros discursivos e tipos de texto representativos das principais funções da escrita em diferentes esferas de atividade social;
 - a fruição estética e a apreciação crítica da produção literária associada à língua portuguesa, em especial a da literatura brasileira;
 - o desenvolvimento de atitudes, competências e habilidades envolvidas na compreensão da variação lingüística e no convívio democrático com a diversidade dialetal, de forma a evitar o preconceito e valorizar as diferentes possibilidades de expressão lingüística;
 - o domínio das normas urbanas de prestígio¹, especialmente em sua modalidade escrita, mas também nas situações orais públicas em que seu uso é socialmente requerido;
 - a práticas de análise e reflexão sobre a língua, na medida em que se revelarem pertinentes, seja para a (re)construção dos sentidos de textos, seja para a compreensão do funcionamento da língua e da linguagem.

Portanto, as atividades de leitura e compreensão, de produção escrita e de produção e compreensão oral, em situações contextualizadas de uso, devem ser prioritárias no ensino-aprendizagem desses anos de escolarização — e, por conseguinte, na proposta pedagógica dos livros didáticos de Português (LDPs) a eles destinados. Por outro lado, as práticas de reflexão, assim como a construção correlata de conhecimentos lingüísticos e a descrição gramatical, devem justificar-se por sua funcionalidade, exercendo-se, sempre, com base em textos produzidos em condições sociais efetivas de uso da língua, e não em situações didáticas artificialmente criadas.

¹ Em substituição à expressão “norma culta”, *normas urbanas de prestígio* é um termo técnico recente, introduzido para designar os falares urbanos que, numa comunidade lingüística como a dos falantes do português do Brasil, desfrutam de maior prestígio político, social e cultural e, por isso mesmo, estão mais associados à escrita, à tradição literária e a instituições como o Estado, a Escola, as Igrejas e a Imprensa.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Nesse quadro geral, é preciso atentar para as especificidades de um adequado processo de alfabetização, na medida em que ele se constitui como condição *sine qua non* para o desenvolvimento da autonomia nos estudos e para o sucesso de todo o ensino-aprendizagem escolar. Nesse sentido, recomenda-se que as coleções destinadas ao primeiro segmento do ensino fundamental organizem-se de forma a garantir que:

os livros destinados aos dois primeiros anos configurem-se como livros didáticos voltados para a alfabetização, focalizando, de um lado, as práticas de letramento necessárias ao (re)conhecimento da cultura letrada e ao exercício inicial das funções sociais da escrita; de outro, o domínio do sistema alfabético e, portanto, a compreensão de sua natureza e funcionamento;

os volumes dirigidos para o terceiro, o quarto e o quinto anos constituam-se como propostas de consolidação e aprofundamento dos processos de letramento, de alfabetização e de desenvolvimento de competências e habilidades necessárias aos níveis gradativamente superiores de proficiência oral e escrita pressupostos em cada um desses anos de escolarização.

Critérios para a avaliação do LDP:

Os objetivos e os princípios gerais acima apontados visam, fundamentalmente, à construção de práticas de linguagem essenciais para o exercício da cidadania numa sociedade complexa e letrada como a nossa.

Para viabilizar sua consecução, é necessário que o LDP, na medida em que se apresente como auxiliar legítimo e eficaz do processo de ensino-aprendizagem, obedeça a três critérios de avaliação fundamentais e, portanto, eliminatórios, relativos à:

coerência e adequação metodológicas da proposta pedagógica e das atividades que a substanciam;

correção dos conceitos e informações básicas mobilizados em explanações, atividades e exercícios;

contribuição específica à construção escolar das condições necessárias ao convívio democrático com a diversidade humana e o pleno exercício da cidadania.

1. Critérios relativos à coerência e pertinência didático-metodológicas

Uma vez que a natureza dos conteúdos curriculares dos primeiros cinco anos do ensino fundamental implica compromissos inescapáveis com o uso pertinente e adequado da língua falada e escrita, a pertinência e a coerência didático-metodológicas são condições decisivas para a eficácia da proposta pedagógica e a adequação das atividades.

Ler, escrever e falar de acordo com as regras e necessidades socialmente estabelecidas requer a articulação de uma série de capacidades e competências básicas — de natureza discursiva, textual e gramatical — que, não podendo ser aprendidas espontaneamente,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

precisam ser ensinadas. Por outro lado, atividades de leitura e produção de textos escritos, bem como de compreensão e produção de textos orais, quando mal conduzidas, tanto comprometem o desenvolvimento de estratégias, capacidades e competências fundamentais quanto favorecem a aquisição de procedimentos ineficazes ou prejudiciais.

Nesse sentido, seja qual for sua opção didático-metodológica, o LDP não pode deixar de atender, sob pena de eliminação do PNLD 2010, a alguns requisitos teórico-metodológicos essenciais:

- explicitar clara e corretamente as concepções de língua/linguagem e de ensino-aprendizagem com que trabalha, assim como os princípios teórico-metodológicos assumidos e os objetivos da proposta didático-pedagógica;
- ser coerente com os princípios e objetivos dessa proposta, respeitando os preceitos que lhe dão identidade e que permitem não só identificá-la, mas também compreender seu alcance e operá-la de forma adequada;
- descrever com precisão e funcionalidade, do ponto de vista dos usuários visados, a organização geral da proposta;
- no caso de o LDP recorrer a mais de um modelo didático-metodológico, justificar o arranjo proposto e indicar claramente a articulação entre seus componentes; isso é particularmente necessário no caso dos livros destinados à alfabetização, cujos objetos de ensino-aprendizagem, relacionados ao letramento e à alfabetização, demandam, por sua natureza diversa, tratamentos didáticos específicos;
- desenvolver as capacidades e competências inerentes à leitura e à produção de textos escritos e à compreensão e produção de textos orais, bem como à reflexão sobre a língua e a linguagem.

Por outro lado, como o ensino-aprendizagem de capacidades e competências de natureza discursiva, textual e gramatical realiza-se no contexto interativo professor-aluno e requer do professor, entre muitas outras, o exercício da função de mediador da aprendizagem, o LDP, como elemento que pode contribuir para esse processo dialógico, deve pautar-se por diretrizes metodológicas compatíveis.

Tendo em vista esse primeiro conjunto de critérios, é fundamental, ainda, que o LDP, em sua organização didático-metodológica:

- selecione e articule os conteúdos de forma a garantir a progressão do ensino-aprendizagem;
- solicite do aluno o uso das funções cognitivas requeridas para a elaboração de novos objetos de conhecimento, respeitando a progressão necessária a esta elaboração;
- ofereça suportes para o exercício de operações de nível superior (análise, síntese, resolução de problemas);
- favoreça a integração e a interpretação dos novos conhecimentos no conjunto sistematizado de saberes.
- oriente os professores no que diz respeito à identificação e à avaliação dos conhecimentos adquiridos pelo aluno.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

2. Critérios relativos à correção dos conceitos e informações básicas

De forma articulada ao desenvolvimento das práticas de linguagem já referidas, é necessário recorrer a informações e conceitos, capazes tanto de desenvolver as capacidades necessárias à proficiência escrita e oral quanto de conduzir o aluno a refletir sobre fatos de linguagem. Para que cumpra com eficácia ambos os propósitos, é indispensável que o LDP esteja isento de erros e/ou de formulações que induzam a erros.

Além disso, é importante que o LDP apresente conceitos, informações e procedimentos de uma forma estreitamente articulada ao processo de desenvolvimento das capacidades exigidas na leitura compreensiva, na produção de textos e no exercício da oralidade.

3. Critérios relativos à construção da cidadania

Contribuir para a construção escolar das condições necessárias ao convívio democrático com a diversidade humana e para o pleno exercício da cidadania significa, no LDP:

estimular, sempre que pertinente e oportuno, o convívio social e a tolerância, abordando a diversidade da experiência humana com respeito e interesse;

colaborar para a construção de valores e atitudes compatíveis, quando questões éticas envolvidas em textos e ilustrações forem pertinentes e oportunas para a compreensão e/ou a produção de textos.

Nessa perspectiva, é expressamente vedado ao LDP:

- manifestar, nos seus próprios textos e ilustrações, — ou, ainda, reproduzir, em textos e imagens de terceiros e sem qualquer discussão crítica — preconceitos que levem a discriminações de qualquer tipo, incluindo-se aí preconceitos contra variedades lingüísticas não-dominantes (dialetos, registros etc.);
- constituir-se como um instrumento de propaganda e/ou doutrinação, religiosa, política ou de qualquer outro tipo;
- configurar-se como um veículo de publicidade e difusão de marcas, produtos ou serviços comerciais.

4. Critérios relativos à alfabetização

Cabe à escola, nos dois primeiros anos do ensino fundamental, garantir ao aluno o grau de letramento e de domínio da escrita alfabética necessários à sua inserção gradual, mas efetiva no mundo da escrita. Por essa razão, os livros destinados aos dois primeiros anos devem apresentar propostas e atividades capazes de propiciar ao ensino-aprendizagem escolar:

- a organização de práticas pertinentes e adequadas de letramento, que levem o aluno a conviver com diferentes funções da escrita e a reconhecer e assimilar características, instrumentos e recursos próprios da cultura da escrita;
- a compreensão dos princípios que regulam a escrita alfabética, por meio de atividades de análise e reflexão sobre as propriedades sonoras da fala e sua relação com os recursos gráficos da escrita;
- o desenvolvimento da fluência na leitura e na escrita.

Dessa forma, letramento, alfabetização e desenvolvimento da proficiência oral e escrita, assim como a reflexão, a análise e a construção de conhecimentos lingüísticos básicos



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

decorrentes, devem articular-se e distribuir-se, ao longo dos dois volumes/anos, de forma a constituir-se numa proposta pedagógica única para a alfabetização inicial do aluno.

5. Critérios relativos à natureza do material textual

O conjunto de textos que um LDP apresenta deve constituir-se como um instrumento eficaz de acesso do aluno ao mundo da escrita. Portanto, é imprescindível que a coletânea, respeitado o nível de ensino a que se destina, ofereça ao aprendiz uma amostra o mais possível representativa desse universo. Logo:

- a seleção de textos deve justificar-se pela qualidade da experiência de leitura que possa propiciar e não pela possibilidade de exploração de conteúdos curriculares. Portanto, a presença de pseudo-textos, criados única e exclusivamente com objetivos didáticos, é inaceitável;
- respeitado o nível de ensino em jogo, os gêneros discursivos presentes no LDP devem ser representativos da heterogeneidade do mundo da escrita. Devem, portanto, ser variados, inclusive no que diz respeito a registros, estilos e variedades (sociais e regionais) do Português, de forma a permitir ao aluno a percepção de semelhanças e diferenças;
- em virtude das experiências singulares que podem oferecer ao leitor, inclusive no que diz respeito aos procedimentos estéticos, os textos da tradição literária de língua portuguesa são imprescindíveis, especialmente os da literatura brasileira;
- no caso dos textos literários, os autores contemplados devem ser representativos da produção literária e não precisam restringir-se aos de língua portuguesa; boas traduções, apresentando adequadamente ao aluno realidades culturais diversificadas, serão bem-vindas;
- no caso dos dois livros de alfabetização, a presença de textos da tradição e da literatura oral é imprescindível;
- também é imprescindível a presença de textos pertencentes a esferas socialmente mais significativas de uso da linguagem (como a jornalística, a científica etc.), que, respeitada a pertinência ao nível de ensino em foco, exijam capacidades como a de compreender criticamente os procedimentos argumentativos dos textos lidos ou ouvidos; a de expor coerentemente os conhecimentos sistematizados; a de compreender eficazmente uma exposição; a de compreender e elaborar adequadamente instruções e prescrições etc;
- entre os textos selecionados, os integrais são preferíveis aos fragmentos; no caso desses últimos, é de fundamental importância, para um trabalho adequado de leitura, e mesmo de redação, que a unidade do texto esteja preservada e que as fontes completas do texto ou trecho estejam claramente indicadas;
- textos originais e autênticos são preferíveis a paráfrases e adaptações; estas últimas, entretanto, podem ser aceitas, quando bem feitas e quando não chegarem a restringir, no próprio LDP, a presença necessária dos primeiros;
- o LDP deve incentivar professores e alunos a buscarem textos e informações fora dos limites do próprio livro didático.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

6. Critérios relativos ao trabalho com o texto

No trabalho com o texto, em qualquer de suas dimensões (leitura e compreensão, produção de textos orais e escritos, construção de conhecimentos lingüísticos), é fundamental a diversidade de estratégias, assim como o alcance e a articulação entre os vários aspectos envolvidos.

6.1. Leitura

As atividades de exploração do texto têm como objetivo o desenvolvimento da proficiência em leitura. Portanto, só se constituem como tais na medida em que:

- encarem a leitura como uma situação efetiva de interlocução leitor/autor, situando a prática de leitura em seu universo de uso social;
- colaborem para a reconstrução dos sentidos do texto pelo leitor, não se restringindo à localização de informações;
- explorem as propriedades discursivas e textuais em jogo, subsidiando esse trabalho com os instrumentos metodológicos apropriados;
- desenvolvam estratégias e capacidades, tanto as envolvidas nos gêneros propostos quanto as inerentes à proficiência que se pretende levar o aluno a atingir.

6.2. Produção de textos escritos

As propostas de produção de texto devem visar ao desenvolvimento da proficiência em escrita. Nesse sentido, não podem deixar de:

- explorar a produção de gêneros ao mesmo tempo diversos e pertinentes para a consecução dos objetivos estabelecidos pelo nível de ensino visado;
- considerar o uso social da escrita, evitando o exercício descontextualizado ou exclusivamente escolar da escrita e, portanto, propondo ao aluno condições plausíveis de produção do texto;
- abordar a escrita como processo, de forma a ensinar explicitamente os procedimentos envolvidos no planejamento, na produção e na revisão e reescrita dos textos;
- abordar e discutir as características lingüísticas, discursivas e textuais dos gêneros propostos, não restringindo os subsídios e orientações fornecidos às indicações temáticas;
- desenvolver as estratégias de produção envolvidas tanto no gênero proposto quanto no grau de proficiência que se pretende levar o aluno a atingir.

7. Critérios relativos ao trabalho com a oralidade

A linguagem oral, que o aluno chega à escola dominando satisfatoriamente, no que diz respeito a demandas de seu convívio social imediato, é o instrumento por meio do qual se efetivam tanto a interação professor-aluno quanto o processo de ensino-aprendizagem.

Será com o apoio dessa experiência que o aprendiz não só desvendará o sistema da escrita como estenderá o domínio da fala para novas situações e contextos. Assim, como



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

objeto de ensino, a linguagem oral tem um papel estratégico. Caberá ao LDP, no que diz respeito a esse quesito:

- favorecer o uso da linguagem oral na interação em sala de aula;
- recorrer à oralidade nas estratégias didáticas de abordagem da leitura e da produção de textos, em especial nos livros de alfabetização;
- explorar as diferenças e semelhanças que se estabelecem entre o oral e o escrito;
- valorizar e efetivamente trabalhar a variação e a heterogeneidade lingüísticas, situando nesse contexto sociolingüístico o ensino das normas urbanas de prestígio;
- propiciar o desenvolvimento das capacidades e formas discursivas envolvidas nos usos da linguagem oral próprios das situações formais e/ou públicas pertinentes ao nível de ensino em foco.

8. Critérios relativos ao trabalho com os conhecimentos lingüísticos

O trabalho com os conhecimentos lingüísticos objetiva levar o aluno a refletir sobre aspectos da língua e da linguagem relevantes tanto para o desenvolvimento da proficiência oral e escrita quanto para a capacidade de análise de fatos de língua e linguagem. Por isso mesmo, seus conteúdos e atividades devem:

- justificar-se pela contribuição que possam dar à leitura, à produção de textos e à linguagem oral, especialmente os relativos ao ensino da gramática;
- estar relacionados a situações de uso;
- considerar e respeitar as variedades regionais e sociais da língua, promovendo o estudo das normas urbanas de prestígio nesse contexto sociolingüístico;
- subsidiar as demais atividades com um aparato conceitual capaz de abordar adequadamente a estrutura, o funcionamento e os mecanismos característicos dos diferentes gêneros de textos;
- abordar os conhecimentos relativos às convenções da escrita, como a pontuação e a paragrafação, articulando-os com a produção de textos;
- contemplar o ensino-aprendizagem das regularidades ortográficas e também das principais irregularidades;
- estimular a reflexão e propiciar a construção dos conceitos abordados.

9. Critérios relativos ao Manual ou Livro do Professor:

O Manual ou Livro do Professor deve constituir-se como um instrumento capaz de subsidiar adequadamente o uso do LDP pelo professor, tanto no trabalho de sala de aula quanto na orientação para o estudo autônomo por parte do aluno.

Não pode, portanto, ser meramente uma cópia do livro do aluno, com as respostas preenchidas. Deve, antes:

- explicitar com clareza e correção os pressupostos teóricos e metodológicos a partir dos quais a proposta didático-pedagógica foi elaborada;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- descrever com precisão e funcionalidade a organização dos livros, inclusive no que diz respeito aos objetivos a serem atingidos nas atividades propostas e aos encaminhamentos necessários;
- apresentar subsídios para a avaliação dos resultados de ensino, assim como para a ampliação e adaptação das propostas que figuram no(s) livro(s);
- propor formas de articulação entre as propostas e atividades do LDP e os demais materiais didáticos distribuídos por programas oficiais, como o PNLD Dicionários, o PNLD dos Materiais Complementares e o PNBE;
- fornecer subsídios para a atualização e formação do professor, tais como bibliografias básicas, sugestões de leitura suplementar, sugestões de integração com outras disciplinas ou de exploração de temas transversais, dentre outros.

10. Critérios relativos aos aspectos editoriais e gráficos:

Para viabilizar-se como tal, a proposta pedagógica de um LDP deve traduzir-se num projeto editorial e gráfico correspondente. Nesse sentido, alguns requisitos básicos são decisivos para a eficácia do LDP como material didático:

- um projeto editorial que reflita adequadamente a organização geral da obra, inclusive no que diz respeito à funcionalidade do sumário, da intitulação e dos recursos utilizados para evidenciar a separação de seções;
- uma edição de texto que assegure a legibilidade lingüística de textos e atividades do próprio LDP;
- um projeto visual em que as imagens se justifiquem pelas contribuições que possam trazer à compreensão de textos e atividades e venham distribuídas equilibradamente na página;
- uma mancha gráfica proporcional ao tamanho da página, com tipologia e tamanho de letra, assim como espaço entre linhas, letras e palavras, adequados para o aluno do primeiro segmento do ensino fundamental;
- um texto sem erros de revisão que prejudiquem a compreensão do aluno;
- uma impressão nítida e isenta de defeitos que comprometam a legibilidade gráfica.

No caso dos livros de alfabetização, é fundamental, ainda, que se contemplem:

- um tamanho de letra e um espaço entre linhas, letras e palavras adequados à proficiência leitora incipiente do alfabetizando;
- a exploração de diferentes tipos de letras (cursiva, script etc.);
- o recurso a ilustrações que aproximem o alfabetizando do material impresso e motivem a leitura.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ÁREA: CIÊNCIAS

Ensinar Ciências fazendo ciência

O rápido crescimento da ciência ocorrido nos últimos 100 anos foi acompanhado por uma educação formal focada cada vez mais na informação e na memorização. Além disso, temas e práticas descontextualizadas, muito distantes da realidade e do dia-a-dia dos alunos, têm dificultado a compreensão de como a ciência e a tecnologia são produzidas e afetam nossa sociedade. O livro didático de ciências deve contribuir para romper com este modelo ineficiente e familiarizar o estudante com a pesquisa, destacando o prazer e a utilidade da descoberta, contribuindo para a formação de cidadãos aptos a responder aos questionamentos que o século 21 nos coloca.

O ensino de ciências nas séries iniciais deve explorar aquilo que já é natural nas crianças: o desejo de conhecer, de dialogar, de interagir em grupo e de experimentar. Isso significa trabalhar a metodologia ao invés de apenas repassar conteúdos. A favor dessa tarefa estão as crianças, que são curiosas, criativas e trabalhadoras, enfim, que possuem todas as características de um bom pesquisador.

Há muita mistificação da ciência e do cientista, tanto na escola como na sociedade. A idéia de que para fazer ciência é preciso ser gênio é um mito que só atrapalha o ensino. O mesmo acontece quando se considera que criança não faz ciência. Ao se tornar consciente e tomar partido das características do aluno-pesquisador, o professor passa a desafiar sua turma e começa também a ser envolvido pelas demandas e questionamentos propostos em aula. Construir e oferecer respostas sim, mas ao professor cabe sobretudo gerar a indagação e o interesse pela ciência como instrumento para a transformação da qualidade de vida e das relações entre os homens.

Promover a pesquisa em sala de aula cria condições efetivas para um bom aprendizado. A pesquisa propicia situações, tanto coletivas como individuais, para observações, questionamentos, formulação de hipóteses, experimentação, análise e registro, estabelecendo um rico processo de troca professor-idade para gerar novas indagações. A educação em ciências passa então a ser empolgante, dinâmica, estimulante, permitindo ao aluno explorar, conhecer e transformar seu mundo. É esse o conceito de ensino de ciências que se espera ser trabalhado no livro didático: ensinar ciências fazendo ciência.

Antes de tudo, o livro didático deve veicular informação correta, precisa, adequada e atualizada. O livro didático, em especial o manual do professor, deve estimular o desejo de mudar a prática pedagógica. Nessa perspectiva deve começar valorizando e identificando o conhecimento que o aluno detém sobre o que se pretende ensinar. Dessa forma se estabelece o debate sobre as relações entre o conhecimento popular e o conhecimento científico, reforçando a interação da escola com as famílias e a comunidade, que assim se tornam parceiros do professor. Isto significa relacionar o conhecimento construído com aquele historicamente acumulado, reconhecendo que a construção do conhecimento é um empreendimento laborioso e que envolve diferentes pessoas e instituições, às quais se deve dar o devido crédito. É esse amadurecimento e esse refletir constante que garantirão que ocorram as mudanças efetivas na prática pedagógica do ensino de ciências do país.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Cabe também ao livro didático alertar para as repercussões sociais do conhecimento científico. As aulas de Ciências devem se tornar momentos privilegiados para se debater o impacto que o conhecimento gera na sociedade e alertar para riscos e benefícios do progresso científico. Ou seja, é preciso que o professor propicie aos alunos oportunidades de desenvolver ativamente as habilidades envolvidas na atividade científica, mas é fundamental buscar a formação dos alunos como cidadãos, de modo que possam estabelecer julgamentos, tomar decisões e atuar criticamente frente às questões que a ciência e a tecnologia têm colocado ao presente e, certamente, colocarão ao futuro.

O livro didático é um suporte de conhecimentos e de métodos para o ensino, e serve como orientação para as atividades de produção e reprodução de conhecimento. Ele não pode contribuir para tornar o ensino de ciências em simples literatura. Nem para tornar professores e alunos reféns do livro, imaginando encontrar ali todo o saber verdadeiro e a narrativa ideal. Para construir uma opinião própria e independente é importante a leitura de textos complementares em revistas especializadas e livros disponíveis na biblioteca da escola, da cidade, dos alunos, dos amigos e na *internet*. Assim, é fundamental que o livro didático, e especialmente o manual do professor, estimule outras leituras e apresente variadas referências bibliográficas.

A avaliação dos livros didáticos de ciências submetidos à inscrição no PNLD 2010 atende à política de incentivo à produção e qualificação de materiais didáticos no País. Além de determinar parâmetros para a produção, o PNLD cumpre a função de estimular a discussão e participação de professores e professoras na escolha dos materiais didáticos a serem utilizados na escola, contribuindo dessa forma para o exercício competente de sua profissão. Espera-se, sobretudo que o debate sobre o livro didático contribua para o acesso de professores, alunos e famílias a fatos, conceitos, saberes, práticas, valores e possibilidades de compreender, transformar e ampliar o modo de ver e fazer ciência. Assim, iniciativas editoriais que associem correção conceitual, adequação de procedimentos experimentais, atualização pedagógica e reflexão sobre as interações entre ciência, tecnologia e sociedade constituem importantes instrumentos de apoio e qualificação do ensino. Formar, mais que informar; enfatizar processos mais que resultados, conceitos, mais que conteúdos; apresentar a ciência mais como questionamento do que como resposta. Os indicadores a seguir visam a atender às especificidades da área de Ciências nos primeiros cinco anos do ensino fundamental. Assim, serão aprovados os livros didáticos que se mostrarem adequados quanto a estes indicadores. Também serão utilizados indicadores de qualificação para distinguir as diversas coleções em relação ao grau de adequabilidade que cada uma apresenta.

CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS

O livro didático de Ciências deverá:

- veicular informação correta, precisa, adequada e atualizada;
- propor temas de estudo e investigação científica adaptados à idade e ao nível dos alunos visando o desenvolvimento das capacidades cognitivas com a construção progressiva e autônoma de conhecimentos;
- ser coerente com a proposta pedagógica expressa no manual do professor;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- orientar para o trabalho em grupo, a confrontação das idéias, a investigação e os registros escritos;
- favorecer as interações entre crianças, entre o indivíduo e o grupo e estimular o debate coletivo na perspectiva de uma educação para a cidadania;
- contemplar a iniciação às diferentes áreas do conhecimento científico, buscando um equilíbrio com a seleção de aspectos centrais em física, astronomia, química, geologia, ecologia e biologia (incluindo zoologia, botânica, saúde, higiene, fisiologia e corpo humano);
- privilegiar a apresentação da terminologia científica, fazendo uso, quando necessário, de aproximações adequadas, sem, no entanto, ferir o princípio da correção conceitual;
- veicular ilustrações e outros recursos (cores, escalas, etc.) adequadas, que induzam à construção de conceitos corretos;
- trazer nas ilustrações (fotos, esquemas e desenhos) citação de fontes, locais, datas e outras informações necessárias ao crédito;
- assegurar que os experimentos descritos são factíveis, com resultados confiáveis e interpretação teórica correta;
- estimular habilidades de expressão, interpretação e extrapolação de resultados, análise e síntese.
- incentivar uma postura de respeito ao ambiente, conservação e manejo corretos.
- apresentar situações que não firam leis, normas de segurança ou que desrespeitem os direitos do trabalhador e do cidadão;
- evitar estereótipos e associações que depreciem ou que desvalorizem a contribuição de todos os diferentes segmentos e grupos sociais;
- contemplar as diversidades geográfica, social e política na exploração dos contextos locais ou específicos;
- garantir a integridade física de alunos e professores oferecendo orientações claras e precisas sobre os riscos na realização dos experimentos e atividades propostos;

CRITÉRIOS DE QUALIFICAÇÃO

Espera-se que o livro didático de Ciências:

- valorize o conhecimento que o aluno detém sobre o que se pretende ensinar;
- estimule que o aluno observe objetos ou fenômenos de seu mundo, próximo e perceptível, investiguem e experimentem sobre eles;
- promova e valorize, durante as investigações dos alunos, as argumentações, raciocínios, trocas e discussões de idéias e resultados. Para a construção de conhecimentos não é suficiente uma atividade puramente manual;
- sugira atividades aos alunos e ao professor organizadas em seqüências visando uma progressão nas aprendizagens e uma autonomia dos alunos;
- sugira que cada criança tenha um caderno próprio de experiências com suas palavras (anotações) e seus desenhos;
- propicie ao aluno uma apropriação progressiva de conceitos científicos e de técnicas operatórias, associado a uma consolidação da expressão escrita e oral;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- solicite às famílias e aos moradores do bairro a cooperação com o trabalho realizado em classe;
- estimule a busca de parceiros científicos (nas universidades ou grandes escolas) para que acompanhem o trabalho da classe e coloquem sua competência à disposição;
- valorize a comunicação da ciência, utilizando diferentes propostas tais como feiras de ciências, seminários, teatro, painéis, exposições, experimentos, sempre em linguagens e formatos apropriados;
- proponha a integração das linguagens e a interação com outras disciplinas;
- proponha a exibição de vídeos (por exemplo, os vídeos do programa “TV Escola” e da série “Salto para o futuro”);
- sugira visitas a Museus e Centros de Ciência e a outros espaços pedagógicos;
- relacione o conhecimento construído com o historicamente acumulado, considerando que a descoberta tem um ou mais autores e um contexto histórico que deve ser enfatizado e trabalhado;
- favoreça o reconhecimento, pelo aluno, de que a construção do conhecimento é um empreendimento laborioso e que envolve diferentes pessoas e instituições, às quais se deve dar o devido crédito;
- evite a segmentação entre os volumes da coleção, integrando o tratamento de fatos, conceitos, valores e procedimentos através de uma coerência de princípios;
- busque a sistematização de conhecimentos através de textos, desenhos, figuras, tabelas e outros registros característicos das áreas de ciências;
- estimule o emprego (construção e análise) de recursos de comunicação comumente utilizados em ciências, como tabelas, diagramas e gráficos;
- estimule a leitura de textos complementares, revistas especializadas e livros paradidáticos;
- proponha o uso de computadores para pesquisa na Internet, simulações, argumentação e registro;
- realize o debate sobre a ética da ciência e as relações entre conhecimento e poder, abordando de forma sistemática, as repercussões, relações e aplicações do conhecimento;
- enfatize temas atuais, objetos de debate na sociedade, estabelecendo relações entre conhecimento científico e exercício da cidadania.
- selecione adequadamente as ilustrações (fotos, esquemas, gráficos, tabelas desenhos, molduras, pano de fundo, etc.) e apresente uma diagramação que encoraja a leitura.

MANUAL DO PROFESSOR

O manual do professor é o instrumento com o qual o professor interage mais diretamente durante o processo de ensino-aprendizagem. Portanto, sua qualidade é fundamental para a realização de um trabalho pedagógico adequado às condições exigidas pela sociedade moderna. Para tanto, espera-se que o manual do professor:

- valorize o papel do professor como um problematizador e não um simples facilitador ou monitor de atividades;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- proponha outras atividades e experimentos, além dos indicados no livro;
- observe e justifique devidamente as eventuais supressões de abordagem de qualquer área do conhecimento científico, indicando uma bibliografia que permita compensar tais lacunas;
- proponha a integração das linguagens, especialmente as midiáticas e o uso de computadores para pesquisa na Internet, simulações, argumentação e registro;
- apresente referências bibliográficas de qualidade e facilmente acessíveis, estimulando o professor para leituras complementares;
- apresente textos e/ou informações complementares sobre os conteúdos tratados.
- apresente propostas de avaliação condizentes com os pressupostos teórico-metodológicos que nortearam a proposição das atividades e seleção dos conteúdos do livro do aluno.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

ÁREA: GEOGRAFIA

PRINCÍPIOS GERAIS

A Geografia é uma ciência que estuda processos, dinâmicas e fenômenos da sociedade e da natureza, para compreender as relações sociedade/espaço/tempo que se concretizam diacrônica e sincronicamente, produzindo, reproduzindo e transformando o espaço geográfico nas escalas local, regional, nacional e mundial.

Como componente obrigatório do currículo escolar, o objetivo principal da área de Geografia é possibilitar que o(a) aluno(a) analise a realidade, para perceber suas semelhanças, diferenças e desigualdades sociais, e, no decorrer do processo ensino-aprendizagem, apresentar propostas para sua transformação.

Na escola de educação básica, é imprescindível trabalhar as interações da sociedade com a natureza, para explicar como as sociedades produzem o espaço, ao longo da história, e que esse processo implica uma transformação contínua e desigual, visto que as bases naturais desses espaços produzidos socialmente são diferentes, em razão da existência de recursos, também desigualmente distribuídos na superfície terrestre.

Considerando-se a historicidade do espaço, as relações temporais devem ser analisadas como um processo de construção social, cuja gênese se constitui no espaço e no tempo, e não como uma enumeração ou descrição de fatos, fenômenos e acontecimentos desarticulados, que se esgotam em si mesmos.

O raciocínio geográfico forma-se a partir de um referencial teórico-metodológico, assentado sobre os conceitos de natureza, paisagem, espaço, território, região e lugar, congregando dimensões de análise que abordam tempo, cultura, sociedade, poder e relações econômicas e sociais. Essas referências teórico-metodológicas, se traduzidas numa linguagem científica adequada e coerente, permitirão ao aluno compreender os processos formadores da realidade.

Nos primeiros anos do Ensino Fundamental, além de uma orientação pedagógica bem dirigida, o conteúdo é de fundamental importância para que o educando possa compreender seu espaço imediato, assim como as escalas mais amplas: regional, nacional e internacional e refletir sobre seu cotidiano, o local, articulado às várias escalas espaciais.

O estudo espacial deve estar voltado para a identificação das variáveis básicas que permitam perceber a totalidade: distância, localização, semelhanças, diferenças, hierarquias, atividades e sistemas de relações, de maneira a articular formas, conteúdos, processos e funções, observando as articulações e contradições existentes entre essas dimensões da realidade. Isso pressupõe ultrapassar a mera descrição dos elementos constituintes do espaço, enfatizando sua gênese, motivação e interesses dos agentes sociais em suas múltiplas determinações.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**

A problematização dos temas de estudo, tanto nos textos como nas atividades, deve permitir a discussão e a crítica e fazer o aluno tomar consciência de seu papel de agente social, indispensável para desenvolver habilidades e procedimentos que estimulem a formação de atitudes para o exercício da cidadania.

Para a observação e interpretação da realidade social, econômica, política e cultural em diferentes escalas, a Cartografia é indispensável ao ensino, na medida em que possibilita estabelecer correlações entre sociedade e natureza no tempo e no espaço. Ressalte-se que, nesse processo, o educando se apropria de uma linguagem necessária para o desenvolvimento de habilidades de representar e interpretar o mundo em sua multiescalaridade.

Na compreensão das diferenças existentes entre o real e sua representação, durante a educação básica, e na articulação entre conteúdo e forma, a linguagem cartográfica constitui um instrumento indispensável para a construção e registro de conhecimentos e valores, devendo ser amplamente utilizada na escola.

Com conteúdos adequados e proposta pedagógica desenvolvida em estágios sempre maiores de dificuldade, a Geografia irá atender às exigências do mundo contemporâneo, que pressupõe a aceleração global das mudanças trazidas para o âmbito do aluno, atentando que as interações sociedade-natureza também se transformam em decorrência de redes e conexões do atual meio técnico-científico-informacional.

É necessário integrar o conhecimento do aluno ao processo de aquisição de novos conhecimentos, respeitando-se as possibilidades de elaboração do pensamento do educando em cada nível de desenvolvimento cognitivo, partindo-se das experiências que os alunos já possuem, tanto em seus espaços de vivência, como os adquiridos nos veículos de comunicação. Em ambos os casos, encontram-se noções de cunho geográfico apreendidos pelo aluno como senso comum e que o processo de ensino-aprendizagem deve desenvolver como conhecimento científico.

O encaminhamento coerente e correto das questões didático-pedagógicas deve estimular e explorar a curiosidade do aluno para o aprendizado científico de conhecimentos e conteúdos de caráter geográfico, assim como os processos cognitivos, tanto os básicos quanto os mais complexos tais como, observação, identificação, memorização, comparação, compreensão, criatividade, interpretação, criticidade e síntese.

A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade devem ser estimuladas, de maneira a proporcionar uma compreensão integrada dos fenômenos naturais e sociais com outras áreas de conhecimento, considerando-se sempre o recorte geográfico da realidade.

Seguindo tais princípios, o ensino de Geografia nos primeiros anos do Ensino Fundamental, contribuirá decisivamente na formação de estudantes que desenvolvam o pensamento lógico no decorrer das etapas de elaboração do conhecimento científico, dominem os conceitos gerais da área, particularizando-os em seu ambiente social, econômico, cultural e político e possam ampliar a capacidade de resolver problemas,



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

enfrentar situações complexas, de expor e compreender idéias, atributos cada vez mais necessários no mundo atual.

Nessa acepção, uma coleção de livros didáticos de Geografia deve preparar o aluno para atuar num mundo contraditório e complexo, localizar-se nele, decodificá-lo, compreender seu sentido e significado, fazê-lo desenvolver o espírito crítico, a capacidade de problematizar a realidade, formular proposições e reconhecer os obstáculos a sua implantação.

CRITÉRIOS ELIMINATÓRIOS

Tendo por base esses princípios mais gerais identificados na área de Geografia, seguem os critérios para avaliação das coleções e obras didáticas destinadas aos primeiros anos (3º ao 5º) do Ensino Fundamental:

- (i) Coerência e adequação teórico-metodológicas;
- (ii) Correção dos conceitos e informações básicas;
- (iii) Conexão entre o livro do aluno e o Manual do Professor;
- (iv) Preceitos éticos e de construção da cidadania;
- (v) Estrutura e aspectos gráficos-editoriais adequados ao ensino de geografia.

1. Coerência e adequação teórico-metodológicas

As coleções devem apresentar, efetiva e coerentemente, as discussões e renovações na área, mostrando-se atualizadas em relação aos avanços teórico-metodológicos recentes, aceitos pela comunidade científica e incorporados à corrente de pensamento que for adotada pela coleção ou livro didático.

É importante que as propostas sejam explicitadas e que o livro seja coerente com elas e coerente internamente, de maneira que o aluno seja alfabetizado na linguagem científica geral e na linguagem particular da Geografia.

Ressalte-se que a opção por uma dada corrente teórica não será indicadora de critério de qualidade, devendo ser avaliado se a coleção é coerente, adequada e correta frente à corrente adotada, verificando-se a compatibilidade entre a opção teórico-metodológica adotada, os conteúdos geográficos desenvolvidos e o modo como são desenvolvidos.

Nos aspectos pedagógicos, é importante que a coleção seja adequada ao estágio cognitivo do aluno, privilegie os vários processos cognitivos básicos e complexos, possibilite a interação professor-aluno, o conhecimento dos significados e a resignificação do conhecimento escolar.

A coleção precisa ser desafiadora, para que a consecução de atividades referentes aos conteúdos e materiais geográficos leve à realização da interação professor-aluno, por intermédio de um diálogo, que permita a expressão de significados pelo professor e a resignificação do conhecimento pelo aluno. Deve, portanto, ser flexível, de maneira a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

atender a projetos pedagógicos diversificados e, ao mesmo tempo, apresentar conteúdos precisos, corretos, coerentes e articulados.

Para atender a tais propósitos, uma coleção de livros didáticos deverá conter:

1. Linguagem adequada ao estágio de desenvolvimento cognitivo do aluno e à transmissão dos conhecimentos geográficos. É importante que se estimule a apropriação de vocabulário específico da Geografia, tendo em vista o domínio de conceitos e conteúdos. Será verificado se diferentes tipos de linguagem são utilizados e se contribuem para o desenvolvimento do vocabulário e dos conhecimentos lingüísticos do educando, evitando reducionismos e estereótipos.
2. Atividades que favoreçam a formação do pensamento, estimulando a observação, a investigação, a comparação, a compreensão, a interpretação, a criatividade, a análise e a síntese.
3. Trabalho com diferentes pontos de vista, de forma a colaborar para a formação de conceitos, permitindo a correta compreensão dos conteúdos e estimulando o exercício da cidadania.
4. Problematização, nos textos e atividades, das questões espaço-temporais, desenvolvendo o senso crítico do aluno e sua capacidade de indicar soluções, estimulando a curiosidade e a criatividade.
5. Questões abertas e desafios, envolvendo a seleção e a interpretação de dados provenientes de diferentes fontes.
6. Fontes e autorias dos dados e classificações utilizadas.
7. Leituras complementares de fontes científicas reconhecidas e atualizadas, que ampliem conceitos e conteúdos, coerentes com o texto principal e acrescentando novas visões de maneira pertinente e adequada.
8. Presença de glossário, referências bibliográficas e indicações de leituras complementares, como parte pós-textual, nota de rodapé ou outra forma igualmente adequada e cientificamente aceita.

2. Correção dos Conceitos e Informações Básicas

Os conceitos em Geografia, só se entendem plenamente, a partir dos processos, dinâmicas e fenômenos, em suas relações espaço-temporais. Devem ser elaborados atendendo a essa característica.

Os conteúdos e conceitos geográficos devem ser aceitos pela comunidade científica e aplicados a todas as regiões do país, não se devendo, em princípio, utilizar conceitos ainda em discussão ou conteúdos ainda não devidamente comprovados. Caso tal aconteça, deve ser explicitamente mencionada a fase de discussão em que se encontra o conteúdo ou o conceito. Isso pressupõe o conhecimento atualizado dos avanços teóricos e das pesquisas publicadas na área.

Para efeito desta análise, são considerados erros conceituais:

- idéias inadequadas ou errôneas, bem como lacunas que não permitam a compreensão das interações da Sociedade com a Natureza.
- relações espaço-temporais que não possibilitem compreender a construção histórica do espaço geográfico;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- Idéias inadequadas, ou errôneas, bem como lacunas que não permitam a compreensão da formação, desenvolvimento e ação dos elementos constituintes do espaço físico, suas formas e suas relações;
- idéias inadequadas, ou errôneas, bem como lacunas que não permitam a compreensão da formação, desenvolvimento e ação dos elementos constituintes do espaço humano, assim como os processos sociais, econômicos, políticos e culturais, suas formas e suas relações.

A indução ao erro é aspecto importante na avaliação do livro didático. Ela ocorre, quando conceitos ou informações são apresentados de maneira inadequada ou incompleta, quer em atividades, comentários ou associação entre conceitos, de tal forma que o aluno tenha dificuldade em compreender corretamente os conteúdos geográficos.

A confusão conceitual é outro aspecto considerado na avaliação e ocorre quando diferentes conceitos e informações são relacionados de maneira errada ou confusa, dificultando os relacionamentos próprios da análise geográfica da realidade.

Reduccionismos podem ser fonte de erros ou podem induzi-los, quando conceitos e conteúdos são apresentados de forma incompleta ou relacionados tão resumidamente que os processos envolvidos não podem ser corretamente compreendidos.

É necessário que os aspectos gráficos e cartográficos sejam corretos quanto à concepção e às informações veiculadas, adequados para o fim a que se destinam e integrados ao texto, auxiliando sua compreensão e evitando estereótipos. Mapas e ilustrações (fotos, gráficos, tabelas, quadros ou outros) devem conter título, fonte de informação e data de elaboração, além de autoria, legenda, orientação e escala quando ou onde se fizerem necessários.

O livro didático não deve conter informações incorretas e desatualizadas ou informações que demonstrem falta de embasamento teórico-metodológico na área de Geografia.

3. Conexão entre o livro do aluno e o Manual do Professor

O manual do professor tem grande relevância no processo de ensino-aprendizagem e deve conter orientações para o docente exercer suas funções em sala de aula, sugerindo ações pedagógicas e organizando o ensino.

O manual do professor não pode ser apenas cópia do livro do aluno com os exercícios resolvidos, devendo:

- favorecer e orientar a relação professor e aluno;
- apresentar orientação teórico-metodológica coerente com a linha de pensamento geográfico que for adotada;
- proporcionar orientação pedagógica que permita ao docente a abordagem e a articulação dos conteúdos do livro entre si e com outras áreas do conhecimento;
- oferecer referencial teórico coerente com a abordagem verificada no livro ou na coleção;



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- apresentar bibliografia diversificada e sugestões de leitura que contribuam para a formação continuada do professor;
- oferecer propostas de atividades individuais e em grupo, destacando-se entre essas, a leitura da paisagem e os estudos do meio;
- sugerir diferentes formas de avaliação adequadas às propostas do livro e aos diferentes anos de escolaridade.

4. Preceitos éticos e de construção da cidadania

Os livros didáticos são instrumentos do processo educativo de que o professor dispõe para seu trabalho didático-pedagógico. Nessas condições, devem ser isentos de preconceitos, tanto de origem, etnia, gênero, religião, idade ou outras formas de discriminação.

Como a Geografia aborda questões contemporâneas e muito próximas das realidades dos professores e alunos, torna-se um campo privilegiado para a veiculação de preconceitos e estereótipos, além de representações do senso comum dos aspectos naturais e sociais. Muitas vezes sutis e difíceis de detectar, problemas dessa ordem localizam-se no limiar entre o preconceito, o estereótipo e a linguagem inadequada.

Serão eliminadas, as coleções que tratem de maneira negativa as diferenças políticas, econômicas, sociais e culturais de povos e países que não seguem o padrão hegemônico de conduta da Sociedade Ocidental. Os textos, nesses casos, podem induzir os alunos a visões distorcidas da realidade, pois veiculam ideologias antropocêntricas e políticas, ou ambas.

Nos livros didáticos, deve estar presente a articulação dos processos históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais para a explicação do estágio de desenvolvimento dos povos e países, mantendo-se, porém, o direito à diversidade dentro de padrões éticos e de respeito à liberdade de indivíduos e grupos.

Eventualmente, para compreender a realidade de um ponto de vista geográfico, são introduzidas mercadorias, (bens ou serviços), marcas, de símbolos ou outros identificadores de corporações ou empresas, para o desenvolvimento de certos temas e conteúdos, seja em textos ou em ilustrações. Entretanto, esses temas e conteúdos devem ser apresentados sem objetivo de publicidade e mostrados com a necessária diversificação para explicar os processos espaciais. Não se deve veicular, em hipótese alguma, publicidade de fumo, bebidas, medicamentos, drogas e armamentos, de acordo com a legislação em vigor.

Não só os textos precisam ser isentos de preconceitos, como também as ilustrações, tais como fotos, mapas, tabelas, quadros ou outros tipos de ilustrações necessárias para a compreensão dos conteúdos geográficos. Nesse contexto, ao se analisar a articulação entre Sociedade e Natureza deve-se evitar relações de causa e efeito da influência de uma sobre a outra que possam se revelar deterministas e preconceituosas.

Considerando-se, ainda, o caráter laico do ensino público, as coleções evitarão exprimir doutrinação religiosa nos textos e nas ilustrações.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

5. Estrutura e aspectos gráficos-editoriais adequados ao ensino de Geografia

Além de recomendações já feitas, sobre o uso de imagens e mapas, é preciso evitar:

- o uso de escala inadequada de representação;
- as legendas extensas, com excesso de informação a serem identificadas no mapa, pelo estudante;
- a ausência de datas, símbolos convencionais e demais créditos necessários para a identificação das fontes utilizadas;
- a utilização do mapa de outro autor(a) e não fazer a citação correta, negando-lhe a autoria e indicando apenas as mesmas fontes primárias utilizadas e sintetizadas na sua elaboração;
- a falta de orientação para o uso adequado dos pontos cardeais e colaterais, a partir da rosa dos ventos colocadas ao lado dos mapas.

A estrutura editorial deve constar de texto principal impresso em preto, sem erros e adequados ao ano de escolaridade a que se destina.

Títulos e subtítulos, apresentados numa estrutura hierarquizada, evidenciada por recursos gráficos e texto e ilustrações, dispostos de forma organizada, com ritmo e continuidade, dentro de uma unidade visual, utilizando recursos de descanso visual.

LIVROS REGIONAIS

Os livros didáticos regionais serão submetidos aos mesmos critérios de avaliação de obras didáticas e coleções, podendo ser sumariamente eliminados quando considerados como apêndice das coleções, não sendo suficientes, para o processo de aprendizagem, como única fonte de material didático.